

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO PESSOAL

CURRICULUM - VITAE
(Preencher à máquina ou com letra
de forma);

I - IDENTIFICAÇÃO

A - DADOS PESSOAIS

NOME: RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA

ENDEREÇO: BECO STO AUGUSTINHO Nº _____

BAIRRO: LIBERDADE CIDADE MAFANGÁ EST. AM ZC _____

TELEFONE: _____ CÓDIGO ENDEREÇO POSTAL: 69000

DATA NASC: 08.01.1932 CIDADE BARRERINHA EST. AMAZONAS PAÍS BRASIL

ES. CIVIL: CASADO

FILIAÇÃO: PAI: QUIRINO FERREIRA DA SILVA

MÃE: MARIA SOUZA DA SILVA

B - DOCUMENTAÇÃO:

CART. PROF. Nº 85.603 SÉRIE 210a VIA 2a EST. EMIS. AMAZONAS

CART. RES. Nº 290995 CATEG. DISPENSADO R. MIL. 12a MINIST. EXÉRCITO

CART. IDENT. REG/Nº 62382 DATA 01.10.72 ORG. EXP. DRSP EST. AM

CIME. NASC. XXXXX 3.245-V 60 PARÓQUIA BARREIRINHA FIV 22 PÓLICE 19a

T. ELEIT. Nº 14.330 DATA: 16.08.70 ZONA: 4a SEÇÃO 19a CID. Barreirinha EST. AM

CART. HABIL. Nº _____ PRONT: _____ DATA | _____ ORG. _____ EST. _____

CPF. Nº 053795392 20 PASEP. Nº _____

CART. MODELO 19-Nº _____ DATA _____ VIA: _____

PLS. Nº _____

MGMS/.

Pidoto de LANCHETA B1
Benefício INPS - P. Audia'

CURSOS	NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CIDADE ESTADO	DATA DIA E ANO		COMPLETO	
			INICIO	TERMINO		
1º GRAU	PRIMÁRIO	Educandário Nordestino Adventista	Recife-PE	Março de 1957	1960	Sim
	GINÁSIO OU EQUIVALENTE					
2º GRAU	CIENTIFICO					
	TÉCNICO PROFISSIONAL.					
N. SUPERIOR	SUPERIOR					
	APÓS GRADUAÇÃO					
Outros cursos (Inclusivo de Língua)						

III- VIDA PROFISSIONAL

NOME DA ENTIDADE EM QUE TRABALHOU, INDICANDO, INCLUSIVE, O EMPREGO OU FUNÇÃO E EXERCIDOS ALÉM DO INÍCIO DO TÉRMINO DOS PRIMEIROS E ÚLTIMOS CONTRATOS DE TRABALHO.

ESTABELECIMENTO	EMPREGO-FUNÇÃO	CONT-TRABALHO	
		INICIO	TÉRMINO
ENDEREÇO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI	MAQUINISTA DE		
NOME: AV: GETULIO VARGAS Nº 860	LANCHA "G"	26.06.72	
ENDEREÇO:			
NOME:			
ENDEREÇO:			
NOME:			
ENDEREÇO:			
NOME:			

RAIMUNDO F. DA SILVA
PSS-565, p. 3/77

Posto de José Victor Santana

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Brasília-DF.

OF. Nº 26 /1ªDR/CONF/80

Em 27.05.80

Do Delegado Regional da 1ªDR.

Ao Ilmo.Sr.Diretor do DGO c/cópia p/ASI/FUNAI.

Assunto Encaminhamento (faz).



*Am, 10.06.80
Aguinaldo
Almeida*

Senhor Diretor,

Passo às mãos de V.Sa., para conhecimento, cópia de um folheto que vem sendo distribuído nas Comunidades Indígenas deste Estado.

O documento apócrifo, contendo matérias, todas elas de críticas à FUNAI, se refere principalmente a fatos passados, muitos deles já devidamente solucionados. Esse pormenor é importante, pois a maioria dos líderes, não tendo noção do tempo, consideram tudo no tempo presente, gerando desconfiança e incerteza na Comunidade.

O original desse folheto, foi recolhido no Posto Indígena Marau, e estava sendo distribuído pelo índio aculturado RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA (DICO), funcionário da FUNAI. Segundo ele, o folheto lhe fora entregue pelo Bispo D.BALDUINO.

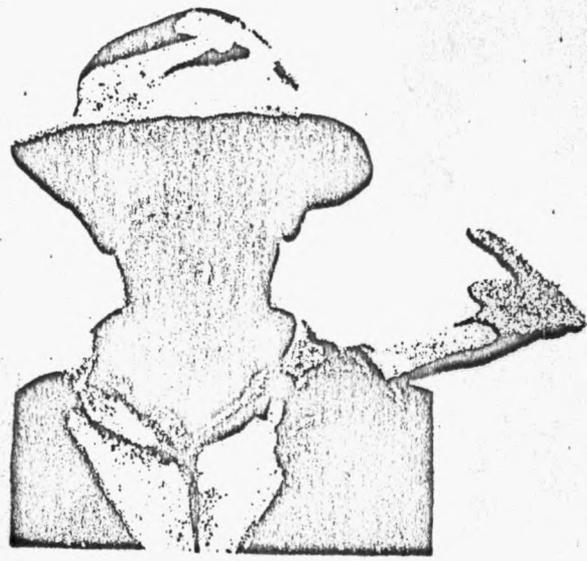
O documento é lido em português e depois traduzido e comentado em língua autóctone.

As idéias nele contidas, estão sendo difundidas pelos servidores ROBERTO FERREIRA TRINDADE, Atendente de Enfermagem, JOSÉ VICTOR SANTANA e AGUINALDO DE ALMEIDA BARROSO, respectivamente, Chefes do PI Andirá e Coatá, que vem incentivando os indígenas a adotarem a mesma posição assumida pelos Xavantes nas suas reivindicações.

Era o que me cabia informar.

Fundação Nacional do Índio
Delegacia Regional
CONFIDENCIAL
Kazuto Kayamoto
DELEGADO

emancipação:



ESTADO VAI CUIDAR
do índio

O COMEÇO DA ASSISTENCIA AOS INDIOS

Os índios mais antigos, os velhos de cada tribo desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, e do Acre até em Pernambuco, eles ainda lembram do SPI, Serviço de Proteção aos Índios. Foi em 1910 que o Governo do Brasil fundou o SPI para atender as populações indígenas, porque muita gente fez força em favor dos índios, que estava acontecendo muita mortandade e exploração dos índios por fazendeiros, granjeiros, bodegueiros, donos de ervais e outros comerciantes.

O SPI funcionou muitos anos, às vezes fazendo bem para os índios e muitas vezes prejudicando mais ainda em vez de ajudar. No Sul do Brasil, (do Paraná ao Rio grande do Sul), por exemplo, funcionários do SPI ganharam milhões de cruzeiros roubando a madeira das áreas indígenas. Outros do SPI ganharam muito dinheiro arrendando às terras indígenas.

Em 1967 tinha tanta exploração e tanta sujeira no SPI que o Governo foi obrigado a fechar esse órgão. O Governo estava preocupado porque no estrangeiro, nos outros países, todo mundo dizia que os índios estavam sofrendo muito no Brasil por causa do Governo. Diziam também por fora que estava sujeito morrer todos os índios no Brasil se continuasse as coisas do mesmo jeito.



Jaine Leas

A FUNAI E O ESTATUTO DO INDIO

Depois que o Governo fechou o SPI ele criou a Funai, Fundação Nacional do Indio, que era prá defender os direitos dos Povos Indigenas e dar assistência de saúde, escola e para as lavouras dos indios. No dia 19 de Dezembro de 1973 o Presidente da República assinou o "Estatuto do Indio", que é a lei nº 6001. Esta lei garante diversos direitos aos Povos Indigenas, mas também tem coisa que não é boa para os indios.

Uma coisa boa do Estatuto do Indio é que ele proíbe o arrendo (arrendamento) das terras indigenas. Acontece que a Funai não cumpre essa lei, e o caso mais grave é as terras dos indios Kadiwéu, no Mato Grosso do Sul, onde só grandes fazendeiros criam gado. Tem outras coisas que a Funai faz de errado, até pôs serraria nas terras dos indios, igualzinho como fez o SPI, e os indios só assistem as madeiras saindo de sua terra e não vê o dinheiro que entra.

Mas esses erros da Funai, com a união dos indios eles conseguem corrigir. Os Xavante provaram que os funcionários da Funai tinham tirado a terra deles, e obrigaram a Funai a entregar a terra de volta. Os Kaingang de Nonoai, no Rio Grande do Sul, tomaram os tratores da Funai (DGPI) que plantavam na terra deles. Em 1977 os Kaingang de Mangueirinha pararam a serraria da Funai. Com as denúncias dos Kaingang e Xokleng de Ibirama, Santa Catarina, eles conseguiram derrubar o Delegado da Funai, no ano de 77. Os indios do Parque do Xingu puseram prá fora o sertanista da Funai Apoena Meireles

O MINISTRO QUE QUERIA ACABAR COM OS INDIOS EM 30 ANOS

Pior que esses erros e exploração de funcionários da Funai é quando o Governo quer mudar a política dele e prejudicar os Povos Indigenas. Muita gente ainda lembra o que o Ministro do Interior falou sobre os indios, em dezembro de 1976.

O Ministro naquele tempo era o Rangel Reis, e ele disse assim pelos jornais :



" Se desenvolvermos um trabalho intenso, daqui a 10 anos os 220 mil indios brasileiros estarão reduzidos a 20 mil e daqui a 30 anos acaba todo mundo integrado direitinho."



Quer dizer, na idéia do Ministro os índios tem que acabar, tem que deixar de ser índio. Mas será que dá para o índio deixar de ser índio? É a mesma coisa que portugueses deixar de ser portugueses. É o mesmo que querer que tatu vire macaco. Não dá, porque um é diferente do outro: tem um sistema diferente. O sistema do índio, os costumes do índio são muito diferente do sistema do branco. O cacique Xavante Mário Juruna disse uma vez numa Assembléia de Chefes Indígenas: " A vida do branco é muito complicada, muito chata pro índio. É muito difícil. Eu já lutei muito, já pelejei prá aprender a vida do branco. A vida do índio é mais simples. A vida do índio não é mentirosa. Não tem muita encrenca. Não tem sujeira " .

A vida do branco. A vida do índio é mais simples. A vida do índio não é mentirosa. Não tem muita encrenca. Não tem sujeira " .

A LUTA CONTRA A EMANCIPAÇÃO

Quando o Ministro Rangel Reis falou aquilo todo mundo foi contra ele, até os índios que ficaram sabendo do plano dele. Com todo mundo contra ele se desculpou e não falou mais nisso, deixou a coisa acalmar primeiro. Mas ele não desistiu da idéia, e no começo de 78 disse que o Governo ia fazer a emancipação dos índios.

No mês de outubro de 1978, o Ministro Rangel Reis mandou para o Presidente da República o Projeto da Emancipação para o Presidente assinar e ficar como lei. No Brasil inteiro missionários, os estudiosos, antropólogos e os próprios índios se levantaram contra a proposta do Governo. Em São Paulo foi feita uma grande reunião no começo de Novembro daquele ano, onde estiveram presentes: Xavante, Pareci, Kaingang e outros. Nessa reunião mais de 1500 pessoas apoiaram os índios contra a Emancipação do Governo. Do estrangeiro também vieram muitas cartas e telegramas para o Presidente da República prá ele não assinar o Decreto da Emancipação, porque isso ia ser o fracasso dos Povos Indígenas. Todos os dias os jornais traziam notícia e sempre era gente falando contra a idéia do Governo. Um grupo de índios Xavante chegou a ir falar com o Presidente da Funai prá ele rasgar esse Projeto. O Governo sentiu que tinha muita gente contra ele e no começo de dezembro anunciou que não ia mais aprovar o Decreto da Emancipação.





4

Naquele mesmo mês de dezembro, no dia 19, encerrou o prazo de 5 anos que o "Estatuto do Índio" deu para o Governo demarcar todas as áreas indígenas do Brasil. O prazo terminou e o Governo demarcou só a terça parte das terras indígenas; quando muito, demarcou 40%. Naquele mesmo dia, 23 líderes indígenas de todo o Brasil foram a Brasília pedir ao Governo a demarcação das terras indígenas e o fim da Emancipação. O Presidente da República não quis receber os índios e o Ministro Rangel Reis quis sair escondido, mas os índios pegaram ele antes de entrar no carro, e entregaram um documento que todos assinaram.

O NOVO MINISTRO E A NOVA EMANCIPAÇÃO

Saiu o Ministro Rangel Reis, entrou o Coronel Mário Andreazza. Este novo Ministro mudou o Presidente da Funai, tirando o General Ismarth e colocando o Engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva. Mudou o Ministro e o Presidente da Funai, mas o Governo não esqueceu a idéia da Emancipação. E o Governo sabia que se falasse de Emancipação ia todo mundo contra ele de novo. Então o Governo procurou outras maneiras de Emancipar os índios.

No dia 29 de junho do ano passado a Funai anunciava que ia ter uma reestruturação no órgão de assistência aos índios. Diziam que iam fazer uma reforma administrativa na Funai, mudar ela para atender melhor os índios. E um Coronel do Ministério do Interior disse também que a 4a Delegacia da Funai seria a primeira a ser mudada, pra fazer a experiência. A 4a Delegacia da Funai tem sede em Curitiba e atende 13 áreas indígenas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

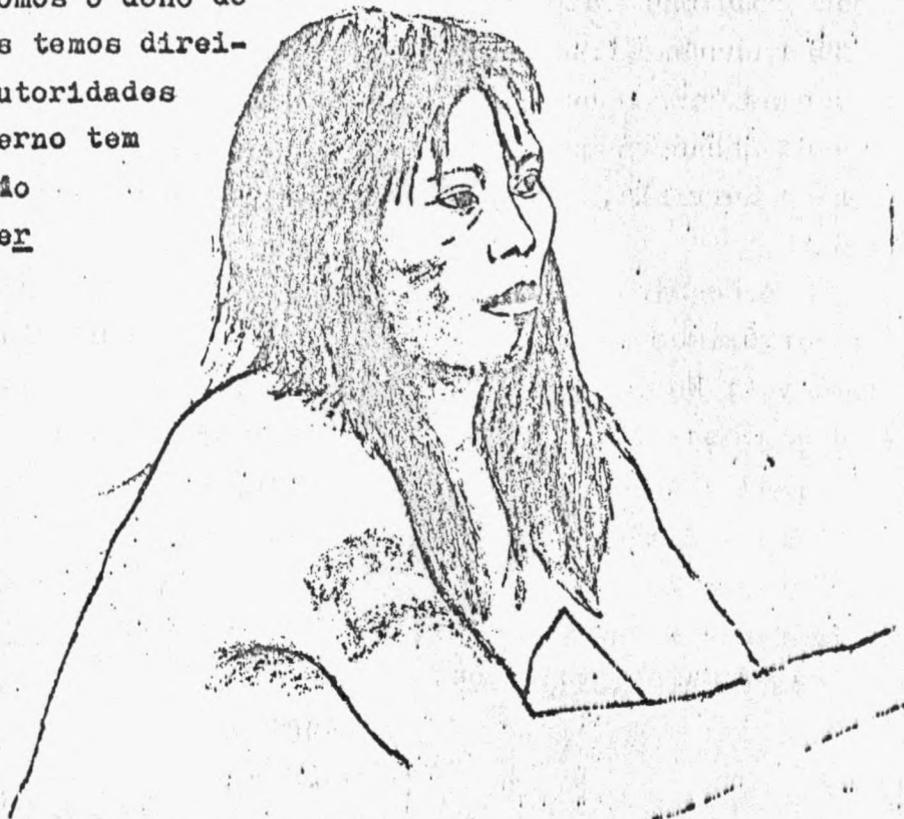
EMANCIPAR OS INDIOS VAI POR CONTA DOS ESTADOS



Depois disso, só em Novembro do ano passado a Funai voltou a falar da reestruturação, quer dizer, da mudança. E foi nesse mês também que a Funai anunciou a nova maneira como vai emancipar os Povos Indígenas. Pelo plano da Funai, ela vai passar para os Estados a responsabilidade da assistência aos índios. Os jornais anunciaram que até a tutela dos índios vai passar para os Estados e não vai ficar mais por conta do Governo Federal. Isso quer dizer que até as terras dos índios vão ficar na mão dos Estados para eles

cuidarem. O Ministro Mário Andreazza desmentiu depois que a tutela vai para os Estados; ele disse que só a assistência de saúde, escola e agricultura. Mas ninguém está acreditando no Ministro, porque o Governo sempre quis se livrar da obrigação de atender os índios. E a prova de que os índios do Sul vão ser os primeiros a sofrer com a nova política da Funai é que no dia 5 de Dezembro de 79 o Ministro do Interior já assinou um Convênio com o Governo do Rio Grande do Sul para aquele Estado atender as áreas indígenas.

É bom lembrar uma palavra do Xavante Tseredsé, numa Assembléia de Chefes Indígenas feita na aldeia dos Tapirapé em 77. Ele disse assim: "Nós falamos a verdade, que nós somos o dono de verdade desse país. Então nós temos direito de dizer na presença de autoridades e seja quem for. Então o Governo tem que dar apoio para nós, quando queremos alguma coisa para servir a comunidade e para quem está precisando a ajuda do Governo".



MULHER KAYAPÓ

O RIO GRANDE DO SUL ROUBOU DOS ÍNDIOS SERÁ QUE VAI AJUDAR AGORA ?

O Convênio que o Governo do Rio Grande do Sul assinou com a Funai é cheio de palavra bonita, mas ninguém acredita que aquele Estado tem interesse em ajudar os indígenas. Afinal, todo mundo lembra muito bem que em Maio de 1978 os Kaingang de Nonoai expulsaram das suas terras mais de 9 mil colonos e posseiros, e depois deles também os de Cacique Doble fizeram a mesma coisa. Com isso, o Governo do Rio Grande do Sul teve um problema muito grande de conseguir terra para os colonos e posseiros expulsos. Muitos foram mandados para o Mato Grosso, outros foram colocados em Bagé, no Rio Grande mesmo, e outros acabaram invadindo uma fazenda do próprio Estado, a Fazenda Sarandi, que o Estado arrendava para os Fazendeiros. E tem muitas famílias de colonos que até hoje não receberam um pedaço de terra.

Quer dizer, quando os índios defenderam a sua terra obrigaram o Governo a pensar no problema dos agricultores sem terra, isso foi um problema para o Estado. Será que o Estado ainda tem interesse de ajudar os índios?

Tem outra coisa muito importante que não fala no Convênio que o Governador Amaral de Souza assinou com a Funai. No Convênio não diz se o Estado do Rio Grande do Sul vai devolver aos Kaingang de Nonoai os 19.998 hectares de mata que roubaram dos índios em 1941 e que hoje é Reserva Florestal do Estado. Também não fala se vão devolver aos Kaingang do Posto Inhacorá os 1.737 hectares que o Governador Leonel Brizola tomou em 1962 e onde funciona até hoje uma Estação Experimental da Secretaria da Agricultura daquele Estado. E no Convênio também não diz se o Estado vai devolver as terras que o Governador Brizola tirou do Posto Votouro, de Nonoai e de Inhacorá para entregar aos colonos, nem as terras que tirou de Ventarreira e Serrinha, acabando com aquelas áreas e obrigando os índios a se mudar.

No mesmo dia que assinaram aquele Convênio, o Ministro anunciou que os próximos Estados seriam o Paraná, a Rondônia e Sergipe. E interessante ver, Estado por Estado, como quase todos os Governadores estão envolvidos pessoalmente no roubo das áreas indígenas ou, pelo menos, os parentes e amigos políticos deles estão. Mas o mais curioso é que justamente os primeiros Estados que estão interessados em assinar Convênio com a Funai são os mais envolvidos.



POR QUE SERÁ QUE O PARANÁ, A RONDÔNIA E O SERGIPE
QUEREM CUIDAR DAS ÁREAS INDÍGENAS ?

No Paraná, em 1949 foi justamente o Governo do Estado que tirou mais de 150 mil hectares de 6 áreas indígenas. Naquele tempo o Governador era o Moysés Lupion, e as áreas que ele roubou foram de Mangueirinha, Rio das Cobras, Ivaí, Faxinal, Queimadas e Apucarana. Até hoje os Kaingang e Guarani de Mangueirinha estão lutando para que o Estado devolva mais da metade das terras deles que foram roubadas por Lupion e que hoje estão com a firma Slaviero. Acontece que o atual Governador do Paraná, Coronel Ney Braga, tem parentes na firma Slaviero, e por isso os índios já perderam uma vez o processo que está na justiça. Esse mesmo Coronel Ney Braga é um dos donos da Fazenda Xavantina, que invadiu a terra dos Xavante no Mato Grosso, e que agora em Dezembro de 79 os Xavante conseguiram expulsar.

Na Rondônia os maiores inimigos dos índios Suruí e Cinta Larga são o Governador Jorge Teixeira de Oliveira e o Deputado Federal Jerônimo Garcia de Santana (MDB). Eles sempre defenderam a permanência de 250 famílias de colonos dentro das terras do Parque Indígena do Aripuanã.

No Sergipe, os índios Xocó da ilha de São Pedro, tem como maior inimigo o Prefeito arenista de Propriá, Antonio Guimarães Brito, que se diz dono da terra dos índios. Esse prefeito tem o apoio do senador Lourival Batista (Arena) e do Governador do Estado, senhor Augusto Franco.

Como será que esses Governadores vão ajudar os índios e defender a terra deles?

É QUE NEM ENTREGAR UMA ROÇA
DE MILHO PROS BOIS CUIDAR.

Mas não são somente estes. Em Roraima é o Brigadeiro Ottomar de Souza Brito. Esse brigadeiro promoveu a invasão das terras dos índios Yanomami, levando pra lá garimpeiros para explorar minérios. O Governador deu autorização pra eles e ainda forneceu o transporte de avião desses invasores.

Mato Grosso é um Estado em que vivem muitos Povos Indígenas. No final de 79 o Governador de Mato Grosso, Frederico Campos, enviou ^{UMA CARTA} ao Presidente da República atacando a Funai por causa das terras indígenas.



Também um grupo de fazendeiros e políticos, encabeçados pelo Secretário do Interior e Justiça do Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão Lima, enviou um documento de 17 páginas pedindo ao Presidente para o Governo não demarcar mais terras para os índios.

Em Goiás o Deputado Siqueira Campos, do Partido do Governador, é um dos maiores inimigos dos índios Xerente, defendendo a entrega das terras indígenas para os colonos. No Maranhão, o Deputado Fernando Falcão é um dos maiores inimigos dos índios Guajajara, e é o mesmo Partido Governador João Castelo (Arena). Em Santa Catarina o Deputado Federal arenista João Linhares é inimigo dos índios Kaingang e Guarani e em São Paulo o Senador Amaral Furlan (Arena) defende os fazendeiros paulistas que querem ser donos das terras dos índios do Xingu, no Mato Grosso.

Assim, se a gente vai olhar acaba vendo que de Estado em Estado os maiores inimigos dos índios é que vão acabar assumindo a responsabilidade sobre as áreas indígenas. Isso se o plano da Funai seguir adiante. dizem que vai ter eleição em 1982. Todo mundo sabe que índio não vota, mas fazendeiro vota, colono vota, posseiro vota, granjeiro, grileiro, comerciantes, todos eles votam e os votos deles interessam para os Governadores. Será que os Governadores não vão buscar o interesse deles em troca dos votos?



PAI E FILHA PATAXÓ (BAHIA)

QUEM VAI SALVAR OS POVOS INDIGENAS DISSO ?

Todo mundo que é amigo dos Povos Indígenas vai fazer o que puder prá não deixar esse plano ser executado. Muita gente vai mandar carta pro Presidente da Funai e pro Presidente da República. Outros vão falar no jornal contra esse plano de passar a assistência dos índios para o Estado. Tudo isso vai ser muito importante. Mas quem tem mesmo força prá impedir esse plano são os próprios índios ! Se em cada aldeia e em cada área os índios estiverem unidos, eles podem proibir o Governo de passar a assistência e a tutela para as mãos dos piores inimigos dos povos indígenas.

Está na hora da Funai começar a respeitar que o índio é dono de sua terra e começar a ouvir a idéia dos índios primeiro. Assim que diz o Awãetekãto'i , Tapirapé de Mato Grosso: " Também a Funai não pode mandar com o índio. Índio é que pode mandar na Funai. Porque o índio tem direito de mandar com a pessoa que vem de fora... É aquele que está na aldeia que manda. É assim que eu penso. Não pode mandar uma pessoa que vem de fora. Tem que mandar, pessoa que está na aldeia ! "

Então quer dizer que a Funai e o Governo não pode decidir pelo índio. E como diz o Nelson Xangrê, Kaingang de Nonoai: " A gente obedece até uma altura. Já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expressar, que somos criancinhas. Nós estamos em casa, vem gente de fora dizer o que a gente tem que fazer... Eu até agora não vi índio orientado pelo Chefe do Posto. Os índios estão se orientando por si mesmos... Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer ".



Tribo Sateré-Maué 3 / 7 / 82

Exmo. Sr. Prizidente da Funai
Coronel Aviaçor Paulo Moreira Leal.

Aero cumunica au Sr. ~~Subrite~~ Subri o trato do Sr. Kazuto Kavamoto, Aqui na 1- D.R. Subri: os Lidre Indígina? E que nasua prezencia é uma! coisa e na sua Auzencia é outra.

O cazu dos Demarcação das terra dos Monduruco, Sai tudo erado porque os Índio queria certo e O Kazuto Não quer como os Monduruco queria ele ! Mandou o chefe do posto que é muito aulado dos co_o mercío e gosta de pegar bola de fawendeiro.

Poriso Nois queremos que Ici chefe de posto' Raimundo Dias, cegí espulço do Quadro da Funai " Nois temos prova de que ele pagou Dinheiro do Co-mercío de Nova Olinda.

Raimundo Ferreira da Silva
CP. Geral dos Sateré-Maué.

(Dico)

RAIMUNDO DIAS MENDES

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE TANAUS NR 72 PLS 45 DT 05.09.80 16.20

RECEBIDO DE PPI29 ÀS 051816 POR SAH/JF-

DIR DGO/BSB

MINTER - FUNAI - DGO
10 SET 1980
CONTROLE Nº 8515976

ENDERECO

TEXTO E ASSINATURA

NR 2010/1ADR DE 05.09.80 - INFO VSA QUE SERV. RAIMUNDO FERREIRA SILVA VG
INDIO MARAU VG SEGUIU HO PARA ESSA CAPITAL SEM COMUNICAR 1ADR PT SEGUN-
DO INFORMES TUCHAU ARISTIDES MESMO FOI AH CONVITE SENADORA MIQUILES P/PAR-
TICIPAR REUNIAO NESSA CAPITAL PT NAO CONSEGUIMOS SABER COM EXATIDAO FINALI-
DADE DESLOCAMENTO PT SDS -
LAELE LIEGE MARTINS SUBTO 1ADR -

FUNAI-DGO
Entrada: 8.9.80
Horario: 10.30
Envie-se: a Juiz
Publica: [assinatura]

PSS. 565, p. 16/77

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

~~MINTER - FUNAI BRASÍLIA - DF~~
~~TELE~~
08 SET 80

DE MANAUS NR 78 PLS 50 DT 03.09. HS 1120

RECEBIDO DE PP129 AS 081130 POR JF/SAH-

ENDERECO

DIR DGO/BSB - CONFIDENCIAL -

CONTROLE No 15991

TEXTO E ASSINATURA

NR 24/1ADR-CONFIDENCIAL DE 03.09.80 - EM ADITAMENTO RDG 2010/1ADR DE 050980
VG ESCLARECO VSA QUE SERV. RAIMUNDO FERREIRA SILVA VG INDIO SATEREH EH CO -
NHECIDO TAMBEM PELO CODINOME DICO DA SILVA VG ELE LIGADO AO CIMI ET RESPON-
SAVEL PELA DISTRIBUICAO PANFLETOS DE CRITICAS CONTRA FUNAI ET PRINCIPAL RES-
PONSAVEL PELAS MANIFESTACOES ANTI-FUNAI POR OCASIAO VISITA SS PAPA PT SDS

KAZUTO KAVAMOTO DEL 1ADR -MAO -

MINISTERIO DO INTERIOR - FUNAI
Proteção Sigilosa
Em 08/09/80
Nº 1138
J S I

Infas 1776/D60



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

ASI/FUNAI *8.*
N.º *1147 180*
Em *10/09/180*

INFORMAÇÃO Nº *1776*/DGO/80

REF. XEROX DO RADIOTELEGRAMA Nº 2010/1ª DR, de 05.09.80

Sr. Chefe da ASI,

Remetemos para conhecimento dessa Assessoria' Rdg nº 2010/1ªDR que informa deslocamento do índio Raimundo Ferreira da Silva a esta Capital, a convite Senadora Miquiles, para cujos motivos são desconhecidos.

O Rdg nº 24 - Confidencial, oferece mais de talhes, todavia, como foi remetido cópia essa ASI é desnecessário' fazer qualquer comentário.

Brasília -DF, 09 de Setembro de 1980.

José Godinho Rodrigues

Diretor do DGO

Port. 043/GM de 17/03/80

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
ADHOTELEGRAMA RECEBIDO

Judio DICO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

MANAUS NR 337 PLS 120 DT 30 HS 0950

RECEBIDO DE MNS 30-3-83 AS 1103 POR AD

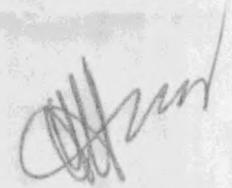
ASI BSB

PPI 21 - BSE
CONTROLE Nº 501527

862/IADR 30-3-83 RETRANSMITIMOS TEOR RDG 72/ANDIRA DE 29-3-83 PT ASPAS. INFORMO ANIMOS EXAUTADOS INDIOGENAS SATEREH VG MOTIVO NAO CONCORDAREM TRANSFERENCIA SERVIDOR ROBERTO FERREIRA TRINDADE CONFORME PEDIDO CAPITAO DICO PT ALERTO VSA QUE POVO ESTAH REVOLTADO CONTRA MESMO CAPITAO UMA VEZ QUE ESTE NAO ESTAH TRABALHANDO HARMONIOSAMENTE INCLUSIVE PROMETENDO PRENDER QUALQUER INDIO QUE ESTIVER CONTRA SUA PESSOA PT INFORMO AINDA QUE JAH EXISTE AMEAÇAS MORTE CONTRA CITADO CAPITAO POR PARTE SILVICOLAS PT ESTAREMOS ATENTO PROBLEMA LIDERANÇA ET INFORMAREMOS RESULTADO ASSUNTO PT FECHASPAS PT INFORMO OUTROSSIM QUE TRATASE DISPUTA LIDERANÇA PT SERV ROBERTO FERREIRA TRINDADE EX CAP GERAL EH APOIADO PELA MAIORIA COMUNIDADE VG CONTRARIANDO OPINIAO CP DICO PT

IADR

AO DGO



ASI/FUNAI
Nº 405183
EM 30/03/83

23/12/83

- ~~Requisição~~ Indava PSS.565, p.19/77
- Raimundo Ferreira de Silva

- Jornalista Odemias

- servidores Lucio Ferreira Neves
José Ferreira de Souza

- 27/12 - Parintins

- Sem documentação

FOI FEITO CONTRATO TELEFÔNICO

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

PSS. 565, p. 20/77

DE MANAUS NR 68 PLS 110 DT 030883 HS 16,00

RECEBIDO DE MAO AS 0317,37 POR NY- NC .

AS1-3SB .

CONTROLE Nº 213934

TEXTO E ASSINATURA

NR 2418/IADR DE 030883 . SOB TITULO ASPAS SATEREH/MAUEH SOLIDARIO COM JURUNA ASPAS VG -JORNAL COMERCIO - DESTA DATA PUBLICOU SEGUINTE DECLARAÇÕES INDIO RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA - DICO - VG TAMBEM SERVIDOR FUNAI : ASPAS O INDIO NÃO FAZ CONFUSÃO PT O INDIO REIVINDICA SEUS DIREITOS PT O PRESIDENTE DA FUNAI EH QUE NÃO CUMPRE COM OS SEUS DEVERES PORQUE VG NA REALIDADE VG ELE NÃO CUMPRE AS DETERMINAÇÕES DO ESTATUTO DO INDIO ASPAS PT DISSE TAMBEM QUE SOMENTE DEDDO DO PRES JOÃO FIGUEIREDO PODERAH RESOLVER PROBLS QUE OS INDIOS ENFRENTAM NO MOMENTO PT ACRESCENTA AINDA ASPAS QUE OS INDIOS DA REGIÃO FORMARÃO UMA AÇÃO CONJUNTA DE SOLIDARIEDADE AO DEP MARIO JURUNA PT JAH ESTÃO EM MANAUS REPRESENTANTES DOS INDIOS TUKANOS VG TIKUNA VG SATEREH/MAUEH VG CONT.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PSS.565, p. 21/77

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MINTER -
BRASILIA - DF
[Handwritten mark]

DE NR PLS DT HS

RECEBIDO DE AS POR

ENDEREÇO

CONTINUAÇÃO RDG Nº 68/P/ASI . BSB .

CONTROLE Nº 213935

MUNDURUKUH ET MACUXIH FECHASPAS PT SDS . DEL IA DR. MAO .

TEXTO E ASSINATURA

*Dehamarture
Ciente*
[Signature]

ASI/FUNAI
N.º 10841
EM 03108183
[Signature]

MINTER. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DICO 13 DR

MI
PSS 565 P. 23/77 - DF
FUNAI
RETEL

DE MAO NR 263 PLS 70 DT 28/12 HS 1700

28 DEZ 1983

RECEBIDO DE AS 281714 POR PNF-WY

PPI 21 - BSB

ENDEREÇO
ASI-BSB

CONTROLE Nº 8801

3903/13DR DE 281283 - RETRANSMITIMOS RD 455/ANDIRAH DE 281283 PT ASPAS
INF VSA QUE CHEGOU EM COMPANHIA DO SR RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA VULGO
(DICO) VG JORNALISTA POR NOME ODENIAS NO DIA 231283 PT INF TAMBEM QUE
SERVS VG LUCIO FERREIRA MENEZES ET JOSEH FERREIRA DE SOUZA VG DESLOCARAM
SE DIA 271283 VG PARA CIDADE PARINTINS SEM CONTATAR COM ESTA CHEFIA VG
LEVANDO JORNALISTA QUE NÃO APRESENTAVA DOCUMENTAÇÃO PT SOL POSIÇÃO ET PRO-
VIDENCIAS DE VSA PT ASPAS PT - 13DR/MAO

TEXTOS E ASSINATURA

em 29 Dez 83

An. 1

ASI/FUNAI
N.º 16001
EM 29/12/83

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Pastor de Raimundo Fereira, "DICO" ASI



PSS.565, p.33/77

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ENCAMINHAMENTO Nº 30 /1ªDR/84

ASI/Assessoria
N.º 077/84
EM 02/02/84

Ao Senhor Assessor-Chefe da ASI,

Encaminhamos a V.Sª, Reportes de jornais locais contendo
materias de interesse da FUNAI.

Manaus-AM., 27 de Janeiro de 1984.

Fundação Nacional do Índio

1. Delegacia Regional

Kazuto Kawanoto

DELEGADO

PORT. 757 - P de 27 - V. 78

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação

"Capitão Dico" diz que Kazuto quer dividir índios

veículo: JORNAL DO COMÉRCIO/MANAUS/AM

data: 11.05.83

página: 04



Capitão Dico: "Kazuto quer dividir nossa tribo"

O capitão indígena do rio Andira, Raimundo Ferreira - o Dico - acusou ontem o delegado regional da Fundação Nacional do Índio-Funai, Kazuto Kawamoto, de tentar acabar com a unidade dos Índios Sateré Mawé. Ele explicou que recentemente, Kazuto usou um grupo de índios de sua tribo para acusa-lo de ter desviado recursos da primeira parcela de indenização de suas terras pagas pela empresa de prospecção de petróleo Ef-Equitaine.

Dico disse que a acusação feita a sua pessoa pelo grupo de Índios de sua tribo não tem fundamento e mais: "eles foram forçados a fazer isso". Ao acusar o delegado Kazuto de estar tentando quebrar a unidade dos Sateré Mawe, o capitão Dico afasta qualquer possibilidade do delegado conseguir o seu desejo, "pois nós estamos unidos mais do que nunca a defenderemos em todas as circunstâncias os nossos interesses e objetivos comuns".

Quanto aos cinco milhões de cruzeiros referentes a primeira parcela da indenização da invasão das terras dos Sateré Mawe, Raimundo Ferreira diz que "esse dinheiro não foi gasto por mim, como afirma Kazuto na boca do grupo que ele usou, mas por todas as comunidades indígenas Sateré Mawe". Dico tem em mãos documentos assinado pelos tuxauas do Marau, Tibúrcio José Filho; Sateré Mawe, tuxaua geral Raimundo Ferreira da Silva; e do Andirá, Donato Lopes da Paz, que comprova que o dinheiro foi gasto com a compra de equipamentos e máquinas agrícolas, incluindo barcos e batelões.

TUXAUAS IRRITADOS

Disse o capitão Dico que "os tuxauas Sateré Mawe do Andirá, do Marau e demais líderes indígenas ficaram irritados com o delegado Kazuto Kawamoto, por ocasião da entrega da última parcela de indenização da invasão de nossas terras". Prossegue ele: "todos os tuxauas foram convidados pelo Kazuto para virem a Manaus receber o dinheiro. Nada disso aconteceu. Apenas presenciamos o recebimento de um pedaço de papel - que ele dizia ser o cheque - pelo ex-capitão do Andirá e protegido da Funai Roberto Ferreira. Mas ele teve somente o prazer de ser fotografado com o papel pois foi em seguida o Kazuto tomou dele".

Juntamente com os seus superiores, Dico foi até à Caixa Econômica Federal, onde Kazuto disse que iria depositar o cheque, e lá nada encontraram. Diante disso, os Sateré Mawe voltaram irritados para suas comunidades, "pois nós fomos chamados para receber dinheiro e não para servir de palhaços". Para completar a sua investida, segundo o capitão Dico, "o delegado Kazuto usou o grupo de índios de nossa tribo para dizer que tínhamos jogado o dinheiro fora". Diz ainda: "Isso é pura mentira. é querer quebrar a unidade dos índios. Mas isso não vai conseguir".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL A NOTÍCIA/MANAUS/AM

data: 12.05.83

página: 05

Índio nega mal uso do dinheiro recebido

Raimundo Ferreira da Silva, capitão-geral Sateré-Maué, nega a veracidade da denúncia feita pelos capitães Roberto Ferreira Trindade e Antônio Ferreira Miquiles, de que usou indevidamente Cr\$ 5 milhões pertencentes a seu povo. A defesa foi feita com base em relatório; onde consta a descrição do gasto da verba.

O relatório, assinado pelos tuchauas Tibúrcio José de Oliveira Filho, do Marau, Donato da Paz, do Andirá e Raimundo Ferreira da Silva, capitão-geral, diz que todo o dinheiro recebido, como parte de indenização feita pela Empresa Elf. Equitaine, foi empregado na compra de máquinas, batelões, motores, construção de cantina. As despesas, segundo o documento, ultrapassaram em Cr\$ 220 mil o valor reclamado.

Segundo Dico, como é conhecido o capitão-geral, todo o material comprado com a verba de

Cr\$ 5 milhões, está sendo utilizado pela comunidade do Posto Indígena, principalmente para transportar seus produtos para Manaus, onde são comercializados.

Causa da divergência

Raimundo Ferreira diz "que entre os índios não existe desavenças, todos se entendem muito bem. O problema começou desde que os atuais capitães foram nomeados para o PI. A nomeação acontecida em abril, motivou polêmicas entre o grupo, que não concorda com a medida, por ser de iniciativa da Funai e não da própria comunidade".

Além do fato dos Sateré-Maué não concordarem com a designação dos dois elementos, acha que a situação de Roberto Trindade, do Andirá é ilegal perante o grupo, por este pertencer ao quadro de funcionários da Funai, o que foge às normas estabelecidas dentro da comunidade.

Líderes dos Sateré revoltados com Dico



O capitão Aristides e o tuxaua Cazúza

“Dico está roubando o nome da tribo Sateré-Mawé. Ele não é mais nada e deveria até ser preso...”. Essa foi a tônica da reunião de caciques no Posto Indígena Marau, em Maués. O encontro foi devido às notícias envolvendo aquela tribo, algumas inverídicas, como as fornecidas pelo índio Raimundo Ferreira da Silva, o “Dico”, de que estavam cobrando nova indenização da Braselfa, que esteve realizando pesquisas sísmicas nas reservas. Os indígenas condenaram a atitude da francesa Simone Dreyfus, que esteve no Posto Indígena Andirá. (PÁGINA 4)

JORNAL	do	Comércio
DATA	20	10
PÁG.	01	CADERNO 10



Os índios estão conseguindo juros de 300 mil mensais, com o depósito da indenização.

Índios Sateré-Mawé dizem que têm dinheiro a juros

Índios Sateré-Mawé da região dos rios Andirá e Marau, no município de Barreirinha, disseram ontem que a questão em torno das pesquisas de petróleo realizadas na reserva em que

vivem já está encerrada, pois receberam há tempos a indenização a que tinham direito e os Cr\$ 13 milhões recebidos estão depositados, rendendo juros.

Página 3

JORNAL: A notícia
DATA: 20 / 01 / 84
PÁG: 01 - CABERNO 10

Índios estão orgulhosos de nada dever a homem branco

- A Petrobrás não deve dinheiro ao índio e nem o índio deve à Petrobrás. Os índios Sateré-Maué se orgulham de não mentir e não podem sustentar uma mentira de alguém que vive em Manaus, já influenciado por maus costumes, só para receber dinheiro. Não é o dinheiro que vai mudar o caráter do índio.

Essas declarações partiram do Capitão Geral dos índios Sateré-Maué, Aristides Michiles, e do Tuchaua Geral, Cazuzza de Oliveira, durante a visita que o Delegado da Funai, Kazuto Kawamoto, acompanhado de repórteres fez anteontem à aldeia dos Maué na região dos rios Andirá e Marau, no Município de Barreirinha.

Para o Tuchaua Cazuzza e o Capitão Michiles, a notícia que correu em Manaus sobre a morte de índios Sateré Maué, causadas por contaminação de dinamite e a falta de pagamento da Petrobrás aos índios, são infundadas porque partiram do antigo Capitão Geral dos Sateré, Dico, que por morar em Manaus há 15 anos perdeu o direito na tribo sendo substituído

A Notícia



Mulher índia, com crianças, fazendo comida

pelo novo Capitão Roberto Ferreira Trindade um dos novos líderes Andirá.

Brasel pagou

O Tuchaua Antonio Michiles achou justo o preço pago pela firma Brasel, quando esta fez uma exploração de petróleo na área demarcada dos índios Sateré Maué no ano pas-

sado, e disse que o dinheiro, cerca de 13 milhões de cruzeiros, encontra-se rendendo juros na Caixa Econômica de Parintins. Esse dinheiro foi depositado no banco porque seguimos o conselho da própria Funai e agora estamos movimentando somente os juros de 300 mil cruzeiros mensais para a compra de generos de primeira neces-

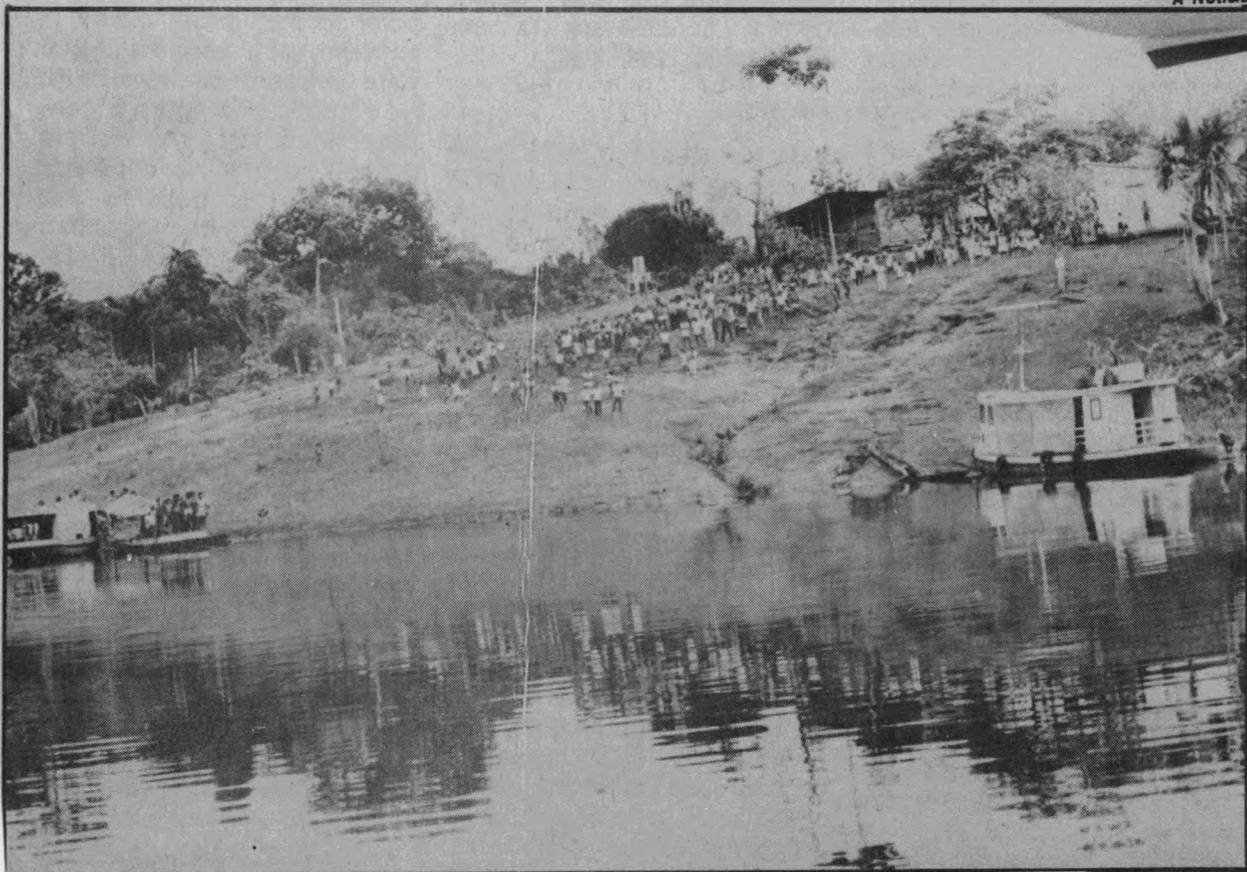
sidade, completou o Tuchaua.

Os líderes dos Sateré Maué informaram também que descobriram ouro nas águas do rio Andirá, o que representa um aumento de capital da tribo que é formada por índios Sateré do rio Andirá e Sateré do rio Marau.

Eles disseram também que já foram alertados pelo Delegado da Funai que somente os índios podem garimpar na reserva indígena, também empresa de mineração desde que devidamente autorizada pela entidade indígena, se tiver a permissão conjunta dos indígenas Sateré Maué, poderá fazer garimpagem.

Quanto à notícia que correu em Manaus, de que quatro índios Sateré teriam sido vítimas de explosões por dinamite deixada na reserva indígena pela Petrobrás e pela Brasel, os líderes dos índios desmentiram categoricamente, afirmando que na época morreram alguns índios porque contrairam doenças. Quanto ao desmatamento, foram apenas abertas clareiras para pouso de helicópteros, finalizaram os líderes Sateré Maué.

A Notícia



Os índios foram ao porto esperar a comitiva da Funai anteontem pela manhã

JORNAL *A. notícias*.....
DATA: *20* / *01* / *84*.....
PÁG. *03* CAVERNO *10*.....

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

PSS. 565, P. 29/77

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

A REVOLTA DAS LIDERANÇAS
SATELE-MANE FOI UNÂNIME

Localização:

FUNDO: FUNAI

SÉRIE: PSS

CAIXA: 27

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

NAO DIGITALIZADO



Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

PSS. 565, n. 30/17

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

TUXAVAS DO MARAU CONTRÁRIOS
A NOVA COBRANÇA DA BRASELFA

Localização:

FUNDO: FUNAI

SÉRIE: PSS CAIXA: 27

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

NÃO DIGITALIZADO

A NOTICIA - 25/01/84

Sateré confirma morte de índios e exhibe dinamite

O capitão Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, revelou ontem que a Funai está tentando dividir os Sateré-Mawé "mas não vai conseguir". Exibindo duas bananas de dinamite, encontradas, segundo ele, pelos índios próximo ao rio Marau, Dico voltou a afirmar que vários membros de sua tribo morreram nos últimos meses em consequência de intoxicação proveniente do contato e cheiro das dinamites. "Não foi da explosão propriamente dita", frisou Dico.

Os índios utilizaram de diversas formas as bananas de dinamite, conforme explicou o capitão, seja na captura de peixes, com explosões ao longo dos rios Andirá e Marau, seja no extermínio de saúvas. Para acabar com as formigas, os índios partiam a dinamite e utilizavam a nitroglicerina contida no seu interior como veneno. Uma mulher índia, de nome Fostina, tribo sateré, após colocar a nitroglicerina numa casa de saúva, passou as mãos no rosto. Foi o bastante para sentir dor de cabeça e em seguida falecer. Dico conta que o corpo da mulher ficou azulado - ela já havia perdido um filho semanas antes, acometido do mesmo mal após cheirar uma banana de dinamite.

Funai sabe

O capitão revelou que a Funai fez uma sindicância sobre essas mortes na região dos Sateré-Mawé mas

não divulgou, "talvez por medo". Todo mundo tem que saber que a Funai é uma peste no meio da gente, quando não facilita as mortes, facilita as brigas. Segundo o professor Ademir, do Cimi, há um surto de tuberculose na região, fato constatado pela própria Funai, e que pode dizimar a tribo Sateré-Mawé se certas providências não forem urgentemente tomadas.

Ao fazer críticas a oposição que a Funai vem lhe fazendo entre os índios, Dico disse: uma coisa quero que todo mundo saiba. Eu sou sateré-mawé, nascido e criado em Ponta Alegre do Andirá, escolhido pelo tuchau geral Donato da Paz para ser o Capitão geral do meu povo. Não recebi nomeação da Funai, sou indicado é pela tribo".

Posição da Funai

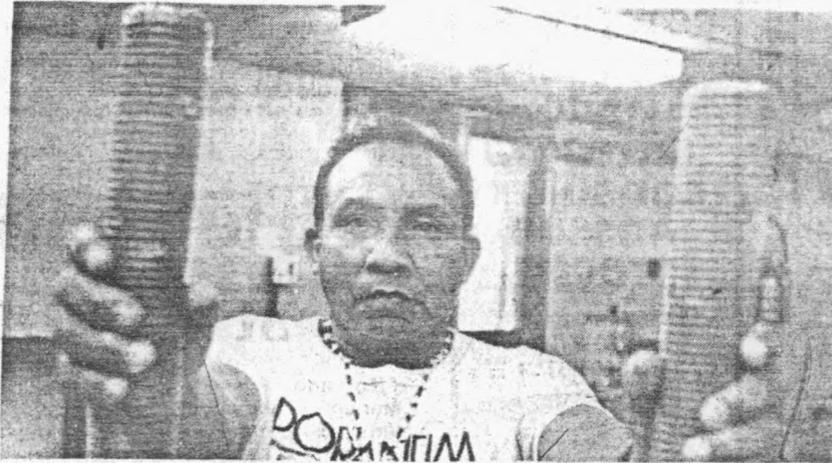
O Delegado Kasuto Kawamoto revelou, recentemente, que os índios que trabalhavam para a firma Elf-Aquitaine, da França, na prospecção de petróleo, haviam roubado algumas dinamites do depósito da empresa francesa. Os índios, segundo ainda o delegado da Funai, aprenderam a manejar os explosivos e sabiam de sua utilização.

Mas estas declarações de Kasuto são contestadas pelo capitão Dico que afirma: a Elf-Aquitaine abandonou os explosivos em terras indígenas de forma displicente e perigosa.

JORNAL	A. noticia
DATA	25.01.84
PÁG.	03
CAV. NO	12

A CRITICA - 25/01/84

Índio rebateu as acusações da FUNAI



Índio exhibe bananas de dinamite.

Com duas bananas de dinamite nas mãos, o capitão geral dos Sateré-Mawé, Raimundo Pereira da Silva (Dico), que foi acusado pela FUNAI de tentar provocar uma desarmonia entre as relações do órgão e a nação indígena, pediu ontem que fosse divulgado a sindicância realizada na área, para opinião pública saber sobre o crime ecológico e humano praticado pela companhia francesa de prospecção de petróleo, Elf-Aquitaine.

Irritado, Raimundo Pereira da Silva garantiu que a sua tribo não está dividida, como — segundo ele — “deseja o delegado da FUNAI”. Ao comparecer ontem a redação deste jornal, Dico reafirmou que existe realmente interesses escusos por parte do delegado Kasuto, de esconder a realidade dos fatos. Assegurou, ao mostrar duas bananas de dinamite que trouxe embrulhada numa folha de jornal, que esse explosivo foi responsável pela morte de quatro índios (Intoxicados) e um inválido (explosão).

Raimundo Pereira da Silva, que chegou da reserva dos Sateré-Mawé após ter participado de uma assembléia no rio Marauá, trouxe, com intuito de mostrar à imprensa e des-

moralizar a FUNAI, várias fotografias preto e branco da área, onde a companhia Elf-Aquitaine executou trabalhos de prospecções. Mostra como ficou a área devastada, e na clareira terra vermelha-torrado, sob as vistas do tuxaua Donato, no solo encontram-se algumas das dezenas de bananas de dinamite que estavam enterradas.

Magoado, porque a imprensa publicou que ele era o “ovelha negra” da tribo, Dico disse que tudo isso é invenção da FUNAI, que anda tentando dividir o grupo, para tirar proveito da situação. “Todo mundo tem que saber que a FUNAI é uma peste no meio da gente, quando não facilita a morte, facilita as brigas. O delegado é capaz de fazer tudo para maltratar aqueles chefes indígenas que lutam pelo seu povo livre”, desabafou Raimundo Pereira da Silva.

“Tudo começou porque denunciávamos a façanha da FUNAI junto a Elf-Aquitaine — salientou o capitão-geral dos Sateré-Mawé. Depois explicou que é verdade que alguns Sateré, que trabalham para a FUNAI, são pagos para lhe agredir, com vistas a dividir a tribo dos Sateré-Mawé.

JORNAL	A. CRITICA.....
DATA	25 / 01 / 84.....
PÁG.	05.....
CADERNO	10.....

MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL SETOR OESTE
CAIXA POSTAL 221
69.000 MANAUS, AMAZONAS
FONES: 234-6989 - Escritório
232-6811 - Residência

Para: Sr. Delegado da FUNAI-IªDR
De: Tuchaua Timaco Freitas Data: 26.05.84
Assunto: _____

*Substituído
Providenciado
28/5/84*

Timaco Freitas, tuchaua da aldeia Stª Cruz, Rio Andirá, território dos sateré-mawé, no dia 26 de maio solicitou que apelássemos ao Delegado da FUNAI que enviasse policiais para a sua localidade a fim de sanar morte causada por um outro que continua ameaçando a população que está com muito medo. Disse que já avisou o P.I. da área.

*A P. J. LEAO
Em 29.05.84
[Signature]*

MISSAO NOVAS TRIBOS DO BRASIL
HENRY ROLAND LOEWEN
PRESIDENTE DO CONSELHO DO SETOR - OESTE



TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

 <p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</p>		CARIMBO DA ESTAÇÃO
Preâmbulo		
Espécie OFICIAL Origem.....	Número..... Palavras.....	Data..... Hora..... Via a seguir.....
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS		HORA DA TRANSMISSÃO INICIAIS DO OPERADOR
Endereço ANDARAÍ		
TEXTO A TRANSMITIR		
<p style="margin: 0;"> Nº <i>1407</i> 01 06 84 PT CONDIÇÕES VSA MISSÃO M.T.B. ENCAMINHOU DOCUMENTO ESTA DR COMENDO DENUNCIA TUCIANA VIUACO VILA SPº CRUZ VG OUDE TERIA OCORRIDO HOMICÍDIO EM CRIMINOSO ESPARTA ATACANDO POPULAÇÃO /// LOCAL VG SOLICITADOS DESTACAMENTO POLICIAL BARREIRINHA VERIFICAÇÃO FATO ////// CONJUNTO FUNAI VG POREM VG SERIA VIAVEL ANTES TENTAR MEDIDAS APOIO PRESENCIA PF AREA PT 1ºDR/MAO </p>		
Assinatura ou rubrica do expedidor <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> Fundação Nacional de Índio 1. Delegacia Regional Serviço de Regis Mensagem E-1-5-07-1957 <i>sa</i> </div>		

Mod. 137 - Bl. 50x4 - 148x910

PSS.565, p.34/77



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

Ofício nº 062/1ªDR/FUNAI/84

Manaus-AM., 04 de Junho de 1984.

Senhor Comandante,

Cumprimentando V.S^ª., vimos comunicar que através de documento encaminhado pela Missão Novas Tribos do Brasil, recebemos denúncia de que na comunidade Santa Cruz, Rio Andirá, Município de Barreirinha, área habitada por índios da etnia Sateré-Maué, teria havido homicídio no dia 26.05.84, praticado por um índio daquela comunidade, o qual continuava ameaçando os seus integrantes.

Face ao exposto, vimos solicitar desse Comando a possibilidade de policiais lotados no destacamento da cidade de Barreirinha efetuarem em conjunto com a FUNAI o levantamento dos fatos ocorridos e a adoção das medidas que o caso requer.

Na oportunidade, renovamos a V.S^ª., protestos de distinta consideração.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
1ª Delegacia Regional

Aldo Gomes da Costa
DELEGADO
Port. 3457P. de 18-05-84

Ao Ilm^º.Sr.

Cel HILCIO RODRIGUES MOTTA

MD. Comandante da Polícia Militar de Manaus

N E S T A

07 06 84
Seabra

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

SS. 565/p. 36/77



DE ANDIRAH NR 07 PLS 78 DT 1106 HS 0700

RECEBIDO DE PRS-915 1106 AS 0951 POR NC/JVS

ENDERECO

1aIR MAO U

CONTROLE Nº 150499

TEXTO E ASSINATURA

NR 07/ANDIRAH DE 110684 PT RERA 1407/1aIR DE 010684 PT SUGIRO VSA EVITAR MOMENTANEAMENTE QUALQUER FORMA DE DEVIDAS PT SITUAÇÃO ESTAH SOB CONTROLE AUTORIDADE INDIGENAS PONTA ALEGRE ET SANTA CRUZ PT OUTROSSIM VG SABE SE QUE HOVE CRIME NA ALDEIA SANTA CRUZ VG // POREM VG CRIMINOSOS NAO FORAM IDENTIFICADOS VG TUDO GIRA EM TORNO DE DOIS SUSPEITOS QUE NEGAM AUTORIA CRIME PT TUCHAU SANTA CRUZ CONTINUA AVERIGUAÇÕES PT ACREDITAMOS SER //// MAIS VIAVEL AGUARDAMOS DECISAO AUTORIDADES INDIGENAS QUA NTO POSSIVEL INTERFERENCIA /// FUNAI NO CASO PT

PI ANDIRAH

*ALVARO
DESENVOLVIDOR*

*A P. S/MAO
Em 11-06-84
[Signature]*

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE ANDIRAH NR 24 PLS 75 DT 2506 HS 0700

RECEBIDO DE PRS 915 250684 AS 1539 POR WY/JVS

ENDERECO

1aIR MAO



CONTROLE Nº 150186

TEXTO E ASSINATURA

NR 24/ANDIRAH DE 250684 PT EM ADIT NOSSO RDG 07/ANDIRAH DE 110684 PT INFO VSA RECEBEMOS VISITA DEL POLICIA BARREIRINHA EM 150684 VERIFICANDO GRAU SITUAÇÃO CASO PT A PEDIDO MESMO VG FOR NECEMOS COPIA DOS RDG 07/PI ANDIRAH DE 110684 ET 1407/1aIR DE 010684 PT PROCESSO ELUCIDAÇÃO DOS FATOS CONTINUA EM ANDAMENTO AUTORIDADES INDIGENAS PT SUSPEITOS ENCONTRAM SE SOB CUSTODIA TUCHAU ANTONIO F MICHILES VG NA ALDEIA SEDE PT APOS VERIFICAÇÃO SITUAÇÃO VG DEL ACATOU IDEIA NAO INTERFERENCIA MOMENTANEAMENTE NO CASO PT SDS

PI ANDIRAH

*A P. S/MAO
Em 26-06-84
[Signature]*

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 031/84-ASI/FUNAI

Brasília, 22.06.84

Do: Chefe da ASI/FUNAI

Ao: Sr. Delegado da 1ª DR

Assunto: REUNIÃO EM GENEBRA-SUIÇA - QUESTÃO INDÍGENA.

Senhor Delegado,

Nos dias 17 e 19.06.84, respectivamente, os jornais, O GLOBO e JORNAL DE BRASÍLIA, veicularam notícias sobre viagem de representantes de comunidades indígenas brasileiras ao seminário promovido pela ONU, que será realizado em GENEBRA-SUIÇA, no período de 28/JUL a 04/AGO/84, ocasião em que será abordado temas sobre questões indígenas - OS DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS ÉTNICAS - nos países membros da ONU.

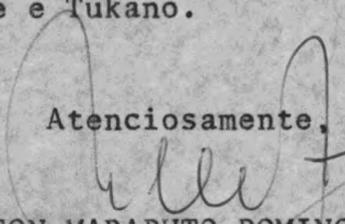
Segundo entrevista do representante da União das Nações Indígenas - UNI - o índio Tukano, ALVARO FERNANDES SAMPAIO, o Brasil será representado por ele, pelo índio Saterê-Mawê - RAIMUNDO FERREIRA, vulgo DICO e pelo Pataxô Hã-Hã - Hãe, SAMADO.

Afirmou ainda, que será denunciado durante o seminário, "a exploração ilegal de petróleo nas terras dos índios Saterê-Mawê, pela empresa francesa ELF-AQUITAINE" e "o des caso com que os índios têm sido tratados no Brasil"

O representante RAIMUNDO FERREIRA, levaria consigo duas bombas encontradas há cerca de um ano em sua aldeia, e que segundo ele, fazem parte de um lote de quatro mil deixadas pela multinacional ELF-AQUITAINE em 1982/83.

Diante do exposto, solicito a confirmação dos dados retrocitados, bem como, identificação de elemento(s) e/ou organismo(s) de ligação entre os promotores do seminário e as Comunidades Indígenas Saterê-Mawê e Tukano.

Atenciosamente,


NELSON MARABUTO DOMINGUES
Chefe ASI / FUNAI.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE MAO NR 216 PLS 25 DT 28.06 HS 1650

RECEBIDO DE AS 281658 POR AND SAH

ENDERECO

ASI FUNAI CONFIDENCIAL

FUNAI

28 JUN 1984

CONTROLE Nº 1505

NR 0279/CONF/1A.DR DE 28.06.84 - RERA 089/ASI/FUNAI DE 28.06.84 PT ESTAMOS COLHENDO [REDACTED] VGTAO LOGO TENHAMOS RESPOSTA INFORMAREMOS PT SDS 1A.DR

TEXTO E ASSINATURA

ASI/FUNAI
N.º 5211
EM 28/06/84

Handwritten signature and initials, including "AN/2" and "28/06/84".

Handwritten "??" with a line pointing to the redacted area.

Handwritten "PSS.565,p.38/77"



CONFIDENCIAL

**MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI**

MEMO Nº 07 / 1ªDR/FUNAI/CONF/84

Manaus-AM., 02 de julho de 1984.

DO: Delegado Regional da 1ªDR
AO: Ilmº.Sr. Assessor-Chefe da ASI/FUNAI
ASSUNTO: Memo nº 30-ASI/FUNAI

Em atendimento ao Memo nº 30-ASI/FUNAI temos a informar:

1. De fato o índio RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA (Dico), acompanhado de mais 8 índios, chegou a Manaus no dia 6.6.84 no barco " Henrique Bastos ", tendo esta Delegacia pago as passagens, pois foi chamado para se resolver um problema;

2. Sobre os cartuchos não sabemos se trouxe desta vez, mas a verdade é que o CIMI tem um (ou uns).

O Dr. Odenir - Assessor do Presidente, perguntou do Dico, na nossa presença onde estava o explosivo e ele falou que tinha ficado no CIMI;

3. Sobre as denúncias seguem recortes de jornais nos fornecido pelo SNI e é só o que conseguimos;

4. A situação atual do Dico, ao que sabemos, é que está no Andirá, com previsão de vir para Manaus dia 15, viajando a 18 para o Rio de Janeiro e dia 24 para Genebra (segundo informações do SNI).

eles têm

Atenciosamente,

ASI/FUNAI
N.º 552/84
EM06 107/84

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
1ª Delegacia Regional
Aldo Gomes da Costa
DELEGADO
Port. 845/P. de 18-05-84

CONFIDENCIAL

FUNAI

AC - 06/22/83

ESCLARECIMENTOS DA PETROBRÁS SOBRE PRESENÇA DA ELF AQUITAINE NO AMAZONAS

A PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRÁS, esclarece que a Empresa BRASELFA — ELF AQUITAINE DO BRASIL, SERVIÇOS PETROLÍFEROS LTDA; subsidiária da ELF AQUITAINE BRESIL, e em cumprimento a obrigações decorrentes da assinatura de Contratos de Risco, efetuou levantamentos sísmicos e perfurou um poço ao desenvolver operações para exploração de petróleo dentro das Reservas Indígenas COATÁ-LARANJAL (Comunidade Munduruku) e ANDIRÁ-MARAÚ (Comunidade Sateré-Mawé), por um período total de 29 meses, devidamente autorizada e assistida pela PETROBRÁS e pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI, órgão tutelar do silvícola brasileiro.

2. Esclarece, ainda, que o levantamento sísmico da área foi feito com equipamentos, portátil leve, transportado por braços, e a perfuração com sonda helitransportada, com todo o apoio logístico por helicópteros, evitando-se desmatamento para construção de estradas de acesso e minimizando os danos ecológicos no interior das Reservas.

3. A PETROBRÁS, não tem conhecimento de ocorrência de quaisquer acidentes envolvendo indígenas durante as operações e considera altamente improvável que possa ter havido problemas no manuseio de dinamite, uma vez que somente os prepostos autorizados daquela Contratante de Risco tinham acesso ao depósito de explosivos.

4. Além disso, o explosivo usado em prospecção sísmográfica oferece segurança total ao manuseio, pois não é tóxico e exige escova especial (espoleta elétrica) para deflagrar a sua exploração, sendo ainda utilizado em quantidades reduzidas, que são colocadas a cerca de 2m.; de profundidade, ocasionando uma detonação surda, sem oníofensiva à fauna e à flora.

5. Às cargas que não explodem, o que raramente acontece, são detectadas pela falta do correspondente registro, o que permite a sua inutilização logo após tal constatação. As pontas de fios que afloram à superfície nos pontos de tiro nada mais são que fios elétricos comuns cujas espoletas e cargas explodiram ou foram inutilizadas.

6. A título de indenização pelos transtornos causadas às dívidas citadas Comunidades, incluindo a abertura de clareiras, a ELF pagou a FUNAI, em benefício das Comunidades indígenas, às quantias equivalentes a 5.600 ORTN's., correspondentes à Reserva ANDIRÁ-MARAÚ, e 7.200 ORTN's, a Reserva COATÁ-LARANJAL, em obediência fiel aos termos estabelecidos no Convênio assinado entre a PETROBRÁS e FUNAI, relativo a trabalhos de pesquisa e lavra de petróleo em terras habitadas por indígenas.

Rio. 24.11.83.

AC 02 JAN 84

Manaus, segunda-feira, 02 de jan

19

Índios querem preso

o delegado da FUNAI

Os danos ecológicos e a morte de quatro índios e a invalidez de outro; provocados pela companhia francesa Elf Aquitaine do Brasil — Braselfa —, denúncia divulgada por este jornal e da qual a Funai duvidava, recebeu novas confirmações, inclusive de funcionários do órgão, enquanto os índios Sateré-Maué continuam "pedindo justiça".

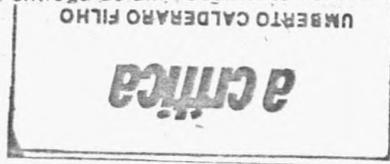
Nesta justiça, inclui-se a indenização de Cr\$ 320 milhões e a "prisão do Delegado Regional da Funai, Kazuto Kawamoto", cumprindo o diálogo estabelecido entre ele e o capitão-geral Raimundo Ferreira da Silva, quando este foi denunciar a devastação e o delegado acusou-o de "mentiroso".

Funai

O DIÁLOGO

Há dois meses atrás, quando a etnóloga francesa Simone Dreyfus Camelon esteve no Brasil para fazer o levantamento dos danos, o capitão-geral do Sateré-Maué, Raimundo Ferreira da Silva, "Dico", foi até a Delegacia Regional da Funai para denunciar os prejuízos materiais e as mortes deixadas no rastro da Braselfa por terras indígenas brasileiras.

No gabinete de Kazuto Kawamoto, após o relato dos acontecimentos e a entrega de um documento contendo



~~...mercado os três órgãos mencionados o mesmo tratamento constitucional, não comandado por conseguinte, qualquer discriminação entre eles, como poderes políticos em que se exprime a soberania nacional", como escreve Mário Vergosa. Todavia, enquanto o Poder Executivo controlar o orçamento, os Poderes Legislativo e Judiciário não terão a independência que preconiza a Lei maior. Ficará na dependência do Executivo, não só para pagar seus membros, como para nomear e resolver despesas. A falta de uma fonte própria de recursos para os dois Poderes, enseja, evidentemente, o entranqueamento dos mesmos e, até hoje, por exemplo, o Poder Judiciário funciona em situação precária e huerlhante e, agora, completa sua situação de inultra. O Tribunal é inquilino da Secretaria de Fazenda e, agora, o Fórum, apelidado de "Comarca do Aleixo", completou sua situação de inquilinato. Mário Vergosa alerta para as condições físicas da justiça como pressuposto para o pleno exercício do Poder Judiciário: "Impõe-se uma conscientização de que somente haverá uma justiça eficiente quando, além do preparo profissional de seus componentes, exista, ao mesmo tempo, uma organização racional, compreendida nos meios materiais necessários ao regular funcionamento dos seus órgãos e serviços auxiliares".~~

tro da Braselfa por terras indígenas brasileiras.

No gabinete de Kazuto Kawamoto, após o relato dos acontecimentos e a entrega de um documento contendo o levantamento parcial dos danos pelo capitão-geral, o delegado ameaçou:

— Se for mentira tu vais pra cadeia.

— Se for verdade, quem vai para a cadeia é o senhor — respondeu "Dico" que agora está sendo apoiado por toda a reserva dos Sateré-Maué, que quer que "o delegado da Funai seja posto na cadeia por duvidar da palavra de seu capitão e por semear na comunidade indígena a mentira e a discórdia".

FUNAI VÊ A VERDADE

No último dia 18 chegaram a Ponta Alegre, posto da Funai na reserva dos Sateré-Maué, o dr. Paulo e Alexandre Massena, respectivamente, médico e advogado da Funai. Eles foram até lá, a mando do delegado Kazuto, para apurar a verdade dos fatos.

Conversaram, então, com os tuxauas Timaco de Santa Cruz, Geraldo de Fortaleza, Leônidas do Torrado, Deoclides e Miqueles de Ponta Alegre, além de outros representantes da comunidade. Todos eles confirmaram o que o capitão "Dico" havia denunciado anteriormente.

O tuxaua Geraldo foi o mais incisivo com os funcionários da Funai. Extremamente nervoso, ele disse que "se alguém duvidasse, ele ia buscar um explosivo e dá para cheirar e ver se o efeito não era o mesmo". Reação justificada, já que Geraldo perdeu a mulher e ganhou um sobrinho inválido por esta consequência.

OUTRA CONFIRMAÇÃO

O médico e o advogado da Funai ouviram e documentaram a realidade dos fatos. Que os seus relatórios sejam tão precisos quanto os depoimentos de toda uma comunidade com quem estiveram convivendo.

Pois, além deles, esteve também na reserva dos Sateré-Maué, o professor Ademir Ramos, da Universidade do Amazonas e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Retornando esta semana, o professor confirmou mais uma vez as denúncias do capitão-geral contra a Braselfa.

10/JAN/84

Tuchaua Sateré-Mawé contesta relatório da etnóloga Simone

O relatório feito pela etnóloga francesa Simone Dryfus e capitão indígena Raimundo Ferreira (o "Dico"), sobre as atividades da empresa de prospecção de petróleo Elf Equitaine na reserva dos índios Sateré-Mawé, foi contestado pelo tuchaua José Michiles, do Rio Andirá, porta-voz de vinte e sete comunidades indígenas. Ele afirma que as reivindicações feitas por "Dico" de indenização dos danos causados pela Elf Equitaine na reserva não tem fundamentos, "uma vez que já recebemos o dinheiro equivalente a esse estrago", acentuou Michiles.

José Michiles contestou, também, as declarações de "Dico" a respeito da morte de três índios, possivelmente provocadas por explosões de dinamites na reserva, feitas pela Elf Equitaine durante suas pesquisas. "Na realidade, morrem índios, mas não em decorrência das explosões. Eles morreram acometidos de doença. E mais: não tem ninguém mutilado. Tudo é mentira". Ele acrescenta, por outro lado, que a empresa está trabalhando na área com a autorização das comunidades indígenas, pois os índios foram consultados anteriormente.

Disse que "o relatório não fala a verdade quando afirma que a Elf Equitaine destruiu 1.200 pés de café e 700 pés de guaraná. Michiles diz que a empresa causou alguns danos nesse sentido, mas não chegou a destruir 100 pés de cada. "Devo dizer, para o bem da verdade, que isso também já foi pago. Os índios já receberam dinheiro pelo pagamento dessa destruição", salientou José Mi-

José Michiles: "relatório é mentiroso"

chiles. O tuchaua diz que não tem medo de contestações posteriores, "pois eu nasci lá e moro lá, por isso sei do que está acontecendo".

FALSO CAPITÃO

José Michiles depois de discorrer sobre o relatório, chega a colocar em dúvida a idoneidade de Raimundo Ferreira, tachado por ele de "Falso Capitão" por, na verdade, não representar em nenhum posto a comunidade Sateré-Mawé. Conta Michiles que Raimundo Ferreira foi afastado do posto de "capitão indígena" desde o dia 10 de dezembro de 1982, com a realização de uma As-

sembléia Geral, oportunidade em que foi escolhido o seu substituto. "Raimundo foi afastado por fazer negócios "feios" em nome da tribo, tendo inclusive dado fim em 5 milhões de cruzeiros recebidos da indenização paga pela Elf Equitaine", asseverou José Michiles.

— Dico - continua ele - quer comprometer novamente os índios Sateré-Mawé querendo cobrar duas vezes pelos estragos causados pela Elf Equitaine. Nós, índios, não fazemos negócios sujos. Queremos somente o que é nosso. Caso eles venham a causar prejuízos novamente, então nós cobraremos. Por enquanto não temos nada a cobrar deles.

Ele revela, por outro lado, que a etnóloga Simone mentiu em dizer que havia passado 9 meses na reserva Sateré-Mawé a convite dos índios. A realidade, segundo ele, é que ela não chegou a passar duas semanas na reserva, mesmo assim, não a convite dos índios e sim de "Dico", que não tem autoridade para convidar ninguém a penetrar na área indígena em nome da tribo, "porque lá ele não representa nada".

O tuchaua Michiles fez um apelo as autoridades locais, para que não dêem ouvidos as reclamações que ele faz em nome dos índios Sateré-Mawé, "porque elas são desautorizadas por nós". Ele acrescenta: "Sei que as autoridades conhecem esse cidadão aqui, porque ele vai para o jornal e para a televisão aparecer em nome do nosso povo. Agora, as autoridades devem procurar saber o que ele é dentro da tribo, o que ele faz. E adiante: lá ninguém gosta dele, porque ele é mentiroso".

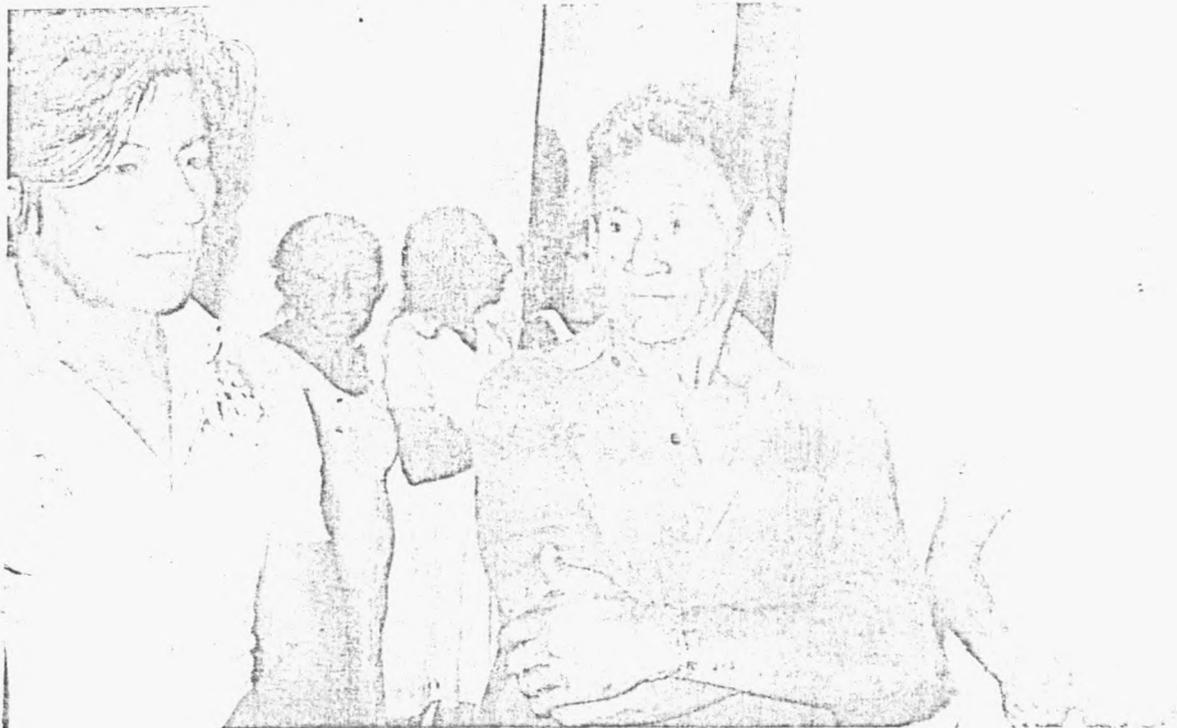
Ferreira

20 JAN 84

AC

de 1984

ACUSAÇÕES A DICO

Sateré desmente Dico
e não quer dinheiro

Os líderes indígenas contestam as notícias divulgadas.

O índio Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico", está prejudicando o nome da tribo Sateré-Mawé, divulgando "algumas notícias inverídicas", segundo as denúncias feitas pelos líderes da tribo, no posto indígena de Marau, no município de Maués, que contou com a presença do delegado da FUNAI, do pastor Beni e de alguns jornalistas convidados.

"Dico está roubando o nome da tribo Sateré. Ele não é mais nada e deveria até ser preso", disseram os líderes, que durante toda a reunião condenaram a atitude de Raimundo Ferreira. A reunião foi convocada pelos índios, para tentar esclarecer as notícias divulgadas por Dico, que "deseja forçar a cobrança da nova indenização da Brasília pelos prejuízos causados durante as pesquisas sísmicas nas reversas de Andirá e Marau.

DEPOIMENTOS

Para facilitar a comunicação entre eles, os índios se expressaram no dialeto Sateré-Mawé, sendo traduzidos logo em seguida pelo capitão geral Aristides Michiles. "O que a imprensa ouviu foram depoimentos completamente contrários aos que o índio Dico tem fornecido à imprensa de Manaus.

Segundo o tuchaua geral de Marau, Cazuza de Oliveira, "agora o povo está desabafando na presença do delegado, quando os tuchauas da aldeia falaram o que sentiam. Quando recebemos o cheque, quando o representante da Petrobrás falou que aquilo era o valor, o justo preço por indenização, um preço certo. Então,

agora o índio nada deve a Petrobrás e nem a Petrobrás deve ao índio".

Em seguida, o tuchaua condenou a atitude do Dico, que está brigando por uma nova indenização. "Quando vem essa conversa, nova cobrança de indenização, eu fiquei preocupado como vai ser, como pode ser isso. Então, a tribo está pensando um pouco mais pra frente, que mais tarde será pior que agora? Estamos vendo mais perigo, quando o Dico tenta dividir a tribo, então pode haver conflitos na tribo Sateré.

Para o tuchaua Cazuza, ser cacique não é aquele que viaja para Brasília para sentar em gabinete, em Manaus e Belém. "Como eles dizem (referindo-se ao grupo de Dico), são os verdadeiros caciques que vão a Brasília, Manaus e Belém sentar nos gabinetes. Na verdade a pessoa é conhecida pelo fruto que dá, o bom proceder. Nunca fui a Brasília, mas vou dentro de alguns dias. Mas, sou conhecido lá fora, pois sou um homem bom, direito, estou lutando para o bem da tribo".

Num dos momentos do depoimento, o tuchaua voltou a se referir a cobrança de nova indenização. "A tribo ficou preocupada ao ver essa notícia, sem poder fazer nada. Então, ficamos pensando sobre isso, que não leva para o bem, para a paz, o serviço e a união. Só pensa em desunião".

O capitão geral Aristides Michiles também condenou em seu depoimento a atitude do índio Dico, dizendo que entendia bem as suas intenções:

— Quando tem um parente nosso querendo dividir a nossa tribo, fico pensando: será que a terceira guerra

mundial vai começar no Sateré? Então, não pode ser. É impossível, vamos lutar pelo bem do povo. Fiquei muito sentido ao ler no jornal de que a tribo deu apoio a ele (Dico), quando nosso delegado, Kazuto Kawamoto, devia ser preso. Irmãos, isso é ponto que a gente fica pensando como eu que entendo um pouco e isso a minha tribo não sabe. Eu não estava sabendo o que estava acontecendo, quando cheguei no posto o tuchaua me mostrou o jornal. É uma trama que estão fazendo escondido da tribo" — disse Aristides.

Para ele, um líder, um cacique não trama, não faz um projeto escondido. "Sou contra essas pessoas que vivem na cidade querendo saber da vida do Sateré, sem nunca ter vindo aqui. Se há algum problema o branco deve vir até o verdadeiro cacique, mas não entrar às escondidas, para então sair uma coisa perfeita e bonita".

Disse ainda Michiles que o dinheiro da nova indenização não faz falta. "Estou com o o meu povo, dou meu apoio que esse dinheiro da nova indenização deve ficar para lá, que a gente não quer, que a gente tem muita produção, vamos trabalhar e temos outros meios, melhores para vivermos, não visando a esse dinheiro".

Saindo de Marau, a comitiva que acompanhou o delegado da FUNAI seguiu para a reserva de Andirá, já no município de Barreirinha, onde visitou a escola e conversou com as lideranças daquela tribo. Na ocasião estavam sendo descarregados pelos índios alimentos da Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE.

ferrari

... Ele não é mais nada e deveria até ser preso...". Essa foi a tônica da reunião de caciques realizada no Posto Indígena Marau, no município de Maués, que contou com a presença do delegado da FUNAI, Kazuto Kawamoto, do pastor Beni e da imprensa. Esse encontro foi provocado pelos próprios indígenas, devido as constantes notícias envolvendo o nome daquela tribo, algumas inverídicas, como as fornecidas pelo índio Raimundo Ferreira da Silva, o Dico. Todos os depoimentos dos tuxauas foram condenando a atitude de Dico, que deseja forçar a cobrança de nova indenização da Brasília pelos prejuízos causados durante as pesquisas sistemáticas nas reservas do Andirá e Marau.

Estiveram presentes ao encontro o Tuxaua geral Cazuza de Oliveira; capitão Aristides Michiles; os tuxauas das aldeias: Nova Esperança, Evaristo Michiles; São José, Carmindo de Oliveira; Kamutuba, Olásio e Alexandre da Silva; Manjuru, Luiz da Silva; Aldeia, Clementino Cunha; Vista Alegre, Santana; Manga, Emílio Tibúrcio; Nazaré, Targino Ribeiro; Cinco Quilos, Pedro Batista; Marau Novo, Guido Esteves; e Campô do Meriti, Armindo, Avellino, Lactio e Anibat.

Grande número de pessoas dessas aldeias, que perderam dias de trabalho, também estiveram na reunião, ouvindo atentamente os depoimentos dos seus líderes, apoiando-os nas decisões. Eles aproveitaram a oportunidade, da presença da imprensa, para se manifestarem contra a medida tomada por Dico junto a diversos órgãos de comunicação da capital.

TUXAUA CONDENA

A fim de que encontrassem mais facilidade de se expressarem, os pronunciamentos foram feitos em dialeto Saterá-Mawé; traduzido em seguida pelo capitão geral Aristides Michiles. E o que a imprensa ouviu, foi totalmente contrário a que vem pregando, não só o índio Dico, como também algumas entidades. E eles querem é paz de toda a comunidade, deixando de lado a po-

lítica. ... Um dos depoimentos - gravado - mais importantes foi do tuxaua geral de Marau, Cazuza de Oliveira. Eis a sua opinião:

— Agora o povo está desabafando com a presença do delegado, quando os tuxauas das aldeias falaram o que sentiam. Quando recebemos o cheque, onde o representante da Petrobrás, falou que aquilo era, o valor, o justo preço, um preço certo. Então agora, o índio não deve a Petrobrás, nem a Petrobrás deve ao índio. E quando vem essa conversa, esse problema - nova cobrança de indenização -, eu fiquei preocupado, como vai ser, como poder ser isso. Então a tribo está pensando um pouco mais pra frente, que será que mais tarde será pior de que agora? Estamos vendo mais perigo, quando o Dico tenta dividir a tribo, então pode haver conflito na tribo Sateré; que ele pode conquistar um pouquinho, porque a maioria está na realidade contra essa medida. Fiquei pensando e não pude dizer mais nada. No entanto, estou com o povo e vou lutar pelo povo, pois fui eleito pelo povo também para lutar, estou disposto e vou lutar. Ao sair desse encontro, cada cacique, cada índio vai feliz. Agora sim, já estão solucionados os nossos problemas, não resta mais dúvida. Como eles dizem (referindo-se ao grupo de Dico), são os verdadeiros caciques vão à Brasília, sentar no gabinete; em Manaus, em Belém, mas na realidade, a pessoa é conhecida pela fruta; o bom proceder, como falaram na assembléia (dos índios) no dia 6, em Nova Esperança, que só eles vão para fora, conversar com o presidente da Funai, que esses que são os verdadeiros caciques. Mas não. Tenho portaria, documentação, de que nunca fui a Brasília, mas vou dentro de alguns dias. Então, é conhecido lá fora, porque sou um homem direito, estou lutando a bem da tribo, a bem do povo. Então a tribo me reconhece que sou o verdadeiro cacique; que não mente, que faço as coisas como elas devem ser.

Na outra parte do seu depoimento, o tuxaua geral Cazuza de Oliveira acrescentou que "a tribo ficou preocupada ao ver essa notícia, sem poder fazer nada; en-

... bem, para a paz, o se desunião. Então quando a bem do povo, a bem das de, quando II, que tinha namento, de bomba, es queimadas, extinção de guaraná, de café, assim então pensando, não. O sempre diz a verdade. Não sa boa, que vamos ser ma com a tribo, não. Eu pen de 4 índios, um inválido. Sou contra isso, como a e como entrou uma francesa que o Dico hoje não é nada. Ele está fazendo crime c grande erro para a tribo. bre isso, são os caciques, do estrangeiro, como velo ne. O que eu sei ela é um índios da região dela, por lutando e defendendo-os, bo Sateré. Eu acho que ela bo. Ela entrou como um dadeiros caciques, então acontece".

TERCEIRA GU

Também o capitão ge depoimento, no final, qu atual situação o mundo ca mundial". Ele, disse que outros tuxauas, entendia atitude de Dico.

Mais adiante ele fris

— E quando tem um dir a nossa tribo, então fi essa guerra mundial será

NO ANDIRÁ, QUEREM PAZ

A reserva indígena do Andirá possui 782 mil hectares, sendo que na base - Posto Indígena -, possui 70 casas com escolas e posto de saúde. A situação está calma, embora Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, tenha procurado influenciar o tuxaua geral Antonio Michiles (65 anos) e o capitão geral Roberto Ferreira Trindade a cobrarem novo ressarcimento da empresa francesa.

Os dois afirmaram que nada mais irão cobrar e que estão voltados somente para o trabalho em benefício da comunidade, que consta de 16 aldeias e muita coisa tem que ser feita, principalmente pelos filhos. Na base, a família é composta de 5 a 7 pessoas e a população escolar terá este ano entre 210 à 230 alunos, contando com 5 professores, os quais recebem auxílio da Merenda Escolar do INAM.

O capitão geral Roberto Ferreira Trindade, exerce também a atenção de enfermagem, existindo grande cultura de guaraná e laranja, produtos que ajudam na sobrevivência, uma vez que eles, se alimentam mais de guaraná ralado, xibé (farinha com água), pois que a região é bastante escassa de pescado e caça. Também eles se alimentam bastante de tacacá, que é muito substancial.

A respeito da caça, segundo o chefe do posto, Raimundo Dias, é muito difícil e para conseguir, os índios formam grupos e vão aos locais para as caçadas, levando vários dias, como só um dia de viagem.

DINAMITES

Atualmente a maior preocupação do tuxaua geral, do capitão e do chefe do posto é com referência às bananas de dinamites que não explodiram durante as pesquisas feitas na reserva. É que alguns índios que foram contratados como mateiros se apossaram daquelas que não explodiram. Devido ao perigo que pode causar, o delegado Kazuto Kawamoto, deu orientação para que procurem as dinamites para entregá-las. O tuxaua geral está tomando as providências junto aos demais líderes das aldeias.

Os tuxauas das aldeias São Raimundo, Cândido José de Oliveira e de Fortaleza, Geraldo Carvalho de Souza, presentes durante a visita feita ao PI Andirá, já sabem como devem agir a respeito do assunto.

DINHEIRO DA CEF

O PI Andirá teve direito à CR\$ 4.300.000,00 da segunda parcela de CR\$ 8.600.000,00 paga pela Braselta. Orientados pela Delegacia Regional da Funai, eles depositaram o dinheiro na Caixa Econômica Federal, em Manaus. No entanto, para que possam movimentar somente os juros, o chefe do posto conseguiu a transferência para a agência de Parintins. Esses juros, serão doados às aldeias mais necessitadas de escolas, posto de saúde e compra de materiais de primeira necessidade, para que possam produzir na agricultura e na alimentação das próprias famílias.

O tuxaua geral do PI Andirá, Antonio Michiles, a respeito da nova cobrança de indenização que vem planejando Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, revelou que ele não está autorizado a falar em nome da tribo. Que ele não possui mais nenhuma função e o único que pode reivindicar alguma coisa é ele e o capitão geral Roberto Ferreira Trindade. Sua preocupação agora é tratar das plantações de guaraná, laranja, mandioca e as seringueiras.

"Agora, com a demarcação de nossas reservas, temos mais segurança e a nossa maior preocupação será ocupá-la, para a preservação, evitando a invasão", afirmou o capitão geral Roberto Ferreira Trindade, mais moço que o tuxaua geral Antonio Michiles.

Antonio Michiles agora vai trabalhar pela união de todas as aldeias, pois só assim, conseguirá a sobrevivência de toda a população, "deixando de lado as brigas, as quais não levam a nada, apenas à desunião das famílias que necessitam de paz e tranquilidade na sua reserva".



As lideranças do Andirá com o delegado da Funai

(15) - (SS)

maje importantes a de Oliveira. Eis do com a presen- as aldeias falaram o chefe, onde o e aquilo era, o va- ntão agora; o índio s deve ao índio. E oblemã - nova co- preocupado, como a tribo está pensan- será que mais tar- s vendo mais peri- bo, então pode ha- pode conquistar um na realidade contra ão pude dizer mais e vou lutar pelo po- m para lutar, estou encontro, cada ca- im, já estão solucio- sta mais dúvida. Co- spo de Dico), são os , sentar no gabinete; alidade, a pessoa é ler, como falaram na em Nova Esperança, sar com o presiden- e verdadeiros caciques. antação, de que nun- alguns dias. Então, um homem direito, em do povo. Então a dadeiro cacique; que o elas devem ser.

to ficamos pensando sobre isso; que não tem para o bem, para a paz, o serviço, a união. Só pensa em desunião. Então quando vamos marchar para a frente, a bem do povo, a bem das aldeias. Digo com sinceridade, quando li, que tinha morrido 4 índios de envenenamento, de bomba, estrago da reserva, clareiras, queimadas, extinção de mata, destruição de pés de guaraná, de café, assim como outros produtos, fiquei então pensando, não. O índio nunca mentiu. O índio sempre diz a verdade. Não é por visar dinheiro ou coisa boa, que vamos ser mal com o povo, vamos ser ruim com a tribo; não. Eu pensei muito sobre isso, a morte de 4 índios, um inválido. Sou contra isso, sinceramente. Sou contra isso, como a entrada de pessoas estranhas, como entrou uma francesa no Andirá. Isso contra. Já que o Dico hoje não é nada, então não deve se entrosar. Ele está fazendo crime contra a tribo. Tá fazendo um grande erro para a tribo. Quem devia contar, falar sobre isso, são os caciques, não gente que vem de fora, do estrangeiro, como veio uma francesa de nome Simone. O que eu sei ela é uma francesa, que acabaram os índios da região dela, porque não fizeram bem a eles, lutando e defendendo-os, e agora vem mexer com a tribo Sateré. Eu acho que ela não veio para defender a tribo. Ela entrou como um ladrão. Não consultou os verdadeiros caciques, então espero que isso não mais aconteça".

TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

Também o capitão geral Aristides Michiles, fez seu depoimento, no final, quando alertou que "devido a atual situação o mundo caminha para a terceira guerra mundial". Ele, disse que sendo mais sculturado que outros tuxaús, entendia bem a questão surgida com a atitude de Dico.

Mais adiante ele frisou:

— E quando tem um parente nosso querendo dividir a nossa tribo, então fico pensando e digo: será que essa guerra mundial será começada no Sateré? Então,

povo, não ser ruim. Eu já disse e digo que sou pelo meu povo. Onde estiver ou onde esteja vou falar pelo meu povo. Fiquei muito sentido ao ler o jornal, que a tribo toda deu apoio a ele (Dico), quando o nosso delegado (Kazuto Kawamoto) devia ser preso. Irmãos, isso é ponto que a gente fica pensando como eu que enfendo um pouco e isso o meu povo não sabe: Eu não estava sabendo o que estava acontecendo. Quando cheguei no posto o tuxaú me mostrou o jornal. É uma trama que estão fazendo escondida da tribo. A tribo não sabe; os caciques verdadeiros não sabem; então fiquei muito sentido, como pode ser isso. Um líder, um cacique não trama, não faz um projeto escondido. Ele mostra à comunidade para se sair bem, para fazer melhor. Eu sou contra a pessoa que vive lá na cidade querendo saber da vida do Sateré, que nunca esteve aqui. Escrevendo a vida do Sateré dessa forma, quando tudo é mentira. Se há algum problema, o branco deve ir até o verdadeiro cacique, mas não entrar às escondidas para então sair uma coisa perfeita e bonita. Estou com o meu povo, dou o meu apoio, que esse dinheiro (nova cobrança) pode ficar prá lá que a gente não quer, que a gente tem muita produção, vamos trabalhar e temos outros meios melhores para vivermos, não visandq esse dinheiro.

Em outra matéria daremos sequência aos depoimentos dos líderes as aldeias da reserva Marau, situada no município de Maués, onde este repórter conviveu algumas horas; sentido de perto, os problemas índios, principalmente, esse criado com o pronunciamento do índio Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, ao iniciar uma campanha para que a Tribo Sateré-Mawé cobrasse nova indenização da Braseifa, que esteve realizando pesquisas sísmicas nessa reserva e na do rio Andirá, já no município de Barreirinha.

Pelos dois depoimentos acima, se pode sentir a revolta dos indígenas Sateré-Mawé, que desejam paz para viverem nas suas reservas já demarcadas, produzindo para manter suas famílias, pois, para trabalhar eles não medem esforço.

M PAZ

ão Raimundo, Cândi- eza, Geraldo Carvalho e visita feita ao PI An- agir a respeito do as-

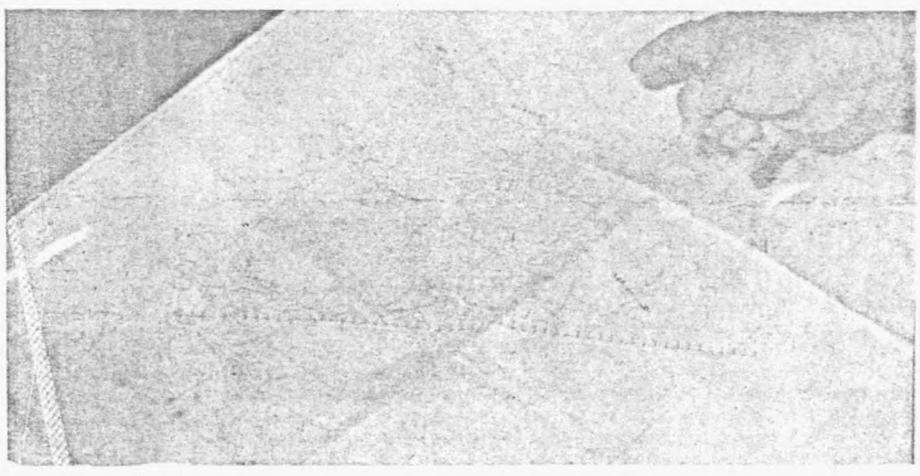
ACEF

o à CR\$ 4.300.000,00 8.600.000,00 para a Delegacia Regional da nheiro na Caixa Econô- No entanto, para que e os juros, o chefe do ncia para a agência de do às aldeias mais o de saúde e compra de idade, para que possam a alimentação das pró-

ndirá, Antonio Michiles, de indenização que vem eira da Silva, o Dico, re- izado a falar em nome da mais nenhuma função e o r alguma coisa é ele e o eira Trindade. Sua pro- s plantações de guaraná, nqueiras.

ção de nossas reservas, nossa maior preocupação, evitando a inva- ral Roberto Ferreira Trin- tuxaú geral Antonio Mi-

ra vai trabalhar pela união só assim, conseguirá a so- ulação, "deixando de lado vam a nada, apenas à de- cessitam de paz e tranqui-



O mapa mostra a reta onde foram feitas as clareiras



As lideranças do Andirá com o delegado da Funai

PSS-565/p-48/77

A revolta das lideranças Sateré-

Texto e fotos de José Ribamar Garganta Xavier



Os caciques ouvindo seus companheiros

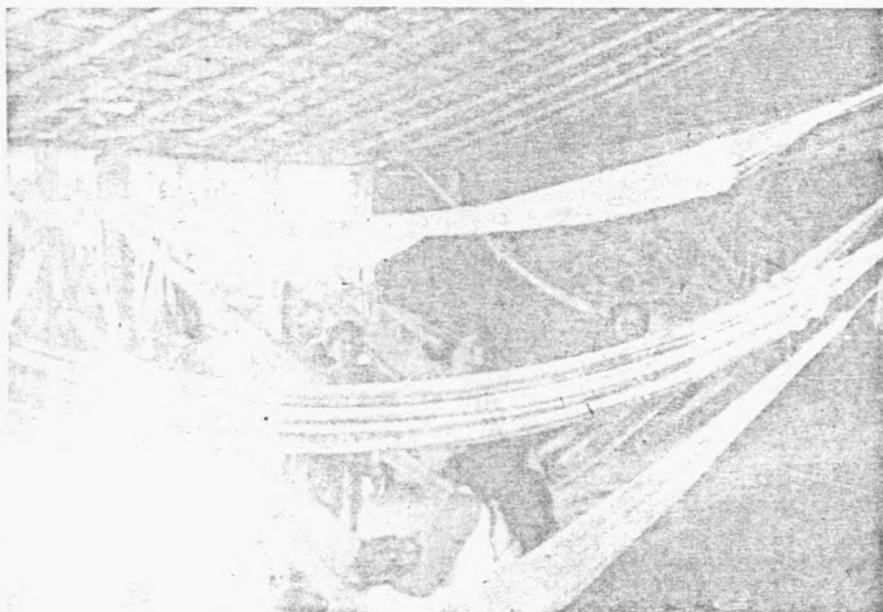
Uma ovelha negra pode botar um rebanho a perder. E isso por p... bo Sateré-Mawé, a qual ocupa as reservas situadas nos municípios de... começou quando a empresa francesa Elf-Equitaine, obteve permissão... pesquisas sísmicas na área, trabalho que durou 14 meses. Isso gerou a... nas duas reservas de Andirá e Marau, bem como de explosivos.

As pesquisas sísmicas provocaram a formação de clareiras, para p... plosões de dinamites na procura de petróleo. Surgiram as denúncias de... truinando as plantações de guaraná e café dos indígenas e que as explos... ce 4 índios.

As providências foram imediatamente tomadas pelos principais tux... gional da Funai, que reclamaram indenização pelos danos causados, os... rhecidos pela própria Elf-Equitaine, que passou a denominar-se Bras... tão indenizados com o pagamento de duas parcelas: a primeira de Cr\$... b.600 milhões..

Algumas entidades que se dizem protetoras dos índios, passaram a... prensa, sem a devida autorização dos tuxauas dos postos, fato comp... prestados na reunião de quarta-feira, durante a qual, eles condenaram... dio Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico", que estava tentando influen... cobrança de indenização junto à empresa francesa. Os tuxauas gerais A... Cazuzza de Oliveira (Marau), além dos capitães gerais Roberto Ferreira T... les, foram porta-vozes dos demais líderes das aldeias, condenando a ati... guns pedido até mesmo, à sua prisão, por estar roubando o nome da tribo... ção. No Marau, onde houve a grande concentração dos líderes, este rep... úigenas Andirá e Marau e pôde constatar a veracidade da revolta da tribo...

Eles desmentiram também que a francesa Simone Dreyfus tenha e... tribo. Ela simplesmente esteve, por sinal sem permissão, durante algun... que ela escreveu, é pura mentira conforme eles declararam. Eles guar... que divulgou a matéria. Isso por pouco não causou um atrito entre Brasil... ac Estado e visitar as reservas, o embaixador francês no Brasil e diretor... mês, para colocarem tudo nos seus devidos lugares.



Enquanto os maridos participavam da reunião, as mulheres cuidavam dos filhos nas redes

Tuxauas pediram até prisão

"Dico está roubando o nome da tribo Sateré-Mawé. Ele não é mais nada e deveria até ser preso...". Essa foi a tônica da reunião de caciques realizada no Posto Indígena Marau, no município de Maués, que contou com a presença do delegado da FUNAI, Kazuto Kawamoto, do pastor Beni e da imprensa. Esse encontro foi provocado pelos próprios indígenas, devido as constantes notícias envolvendo o nome daquela tribo, algumas inverídicas, como as fornecidas pelo índio Raimundo Ferreira da Silva, o Dico. Todos os depoimentos dos tuxauas foram condenando a atitude de Dico, que deseja forçar a cobrança de nova indenização da Brasileira pelos prejuízos causados durante as pesquisas sísmicas nas reservas do Andirá e Marau.

Estiveram presentes ao encontro o Tuxaua geral Cazuzza de Oliveira; capitão Aristides Michiles; os tuxauas das aldeias: Nova Esperança, Evaristo Michiles; São José, Carmindo de Oliveira; Kamutuba, Olásio e Alexandre da Silva; Marjuru, Luiz da Silva; Aldeia...

litica, que prega a desunião.

Um dos depoimentos - gravado - mais importantes foi do tuxaua geral de Marau, Cazuzza de Oliveira. Ele a sua opinião:

— Agora o povo está desabafando com a presença do delegado, quando os tuxauas das aldeias falaram o que sentiam. Quando recebemos o cheque, onde o representante da Petrobrás, falou que aquilo era, o valor, o justo preço, um preço certo. Então agora, o índio não deve a Petrobrás, nem a Petrobrás deve ao índio. E quando vem essa conversa, esse problema - nova cobrança de indenização -, eu fiquei preocupado, como vai ser, como poder ser isso. Então a tribo está pensando um pouco mais pra frente, que será que mais tarde será pior de que agora? Estamos vendo mais perigo, quando o Dico tenta dividir a tribo, então pode haver conflito na tribo Sateré; que ele pode conquistar um pouquinho, porque a maioria está na realidade contra essa medida. Fiquei pensando e não pude dizer mais...

... tão ficamos pensando sobre o bem; para a paz, o serviço desunião. Então quando varr a bem do povo, a bem das al... de, quando li, que tinha con... namento, de bomba, estrai... queimadas, extinção de ma... guaraná, de café, assim con... então pensando, não. O índ... sempre diz a verdade. Não é... sa boa, que vamos ser mal co... com a tribo; não. Eu pensei... de 4 índios, um inválido. Sou... Sou contra isso, como a eni... como entrou uma francesa... que o Dico hoje não é nada... Ele está fazendo crime cont... grande erro para a tribo...

Reservas Sateré-Mawé foi unânime

Texto e fotos de José Ribamar Garganta Xavier

... botar um rebanho a perder. E isso por pouco não aconteceu na tribo das reservas situadas nos municípios de Barreirinha e Maués. Tudo graças a francesa Elf-Equitaine, obteve permissão da Petrobrás, para efetuar trabalho que durou 14 meses. Isso gerou a entrada de homem branco e Marau, bem como de explosivos.

... provocaram a formação de clareiras, para pouso dos helicópteros e extração de petróleo. Surgiram as denúncias de que a empresa estava desmatando e café dos indígenas e que as explosões provocaram até a morte

... imediatamente tomadas pelos principais tuxauas junto à Delegacia Regional de Indigenização pelos danos causados, os quais por sinal, foram reconhecidos, que passou a denominar-se Braselfa. Os prejuízos foram em valor de duas parcelas: a primeira de Cr\$ 5 milhões e a segunda Cr\$

... se dizem protetoras dos índios, passaram a pressionar através da impletação dos tuxauas dos postos, fato comprovado pelos depoimentos de certa-feira, durante a qual, eles condenaram a atitude do seu colega In-va, o "Dico", que estava tentando influenciá-lo para que fosse feita a venda à empresa francesa. Os tuxauas gerais Antonio Michiles (Andirá) e além dos capitães gerais Roberto Ferreira Trindade e Aristides Michilemais líderes das aldeias, condenando a atitude de "Dico", tendo a prisão, por estar roubando o nome da tribo e agindo sem a autorização. Na grande concentração dos líderes, este repórter esteve nos Postos Indígenas para constatar a veracidade da revolta da tribo Sateré-Mawé.

... além que a francesa Simone Dreyfus tenha estado durante 9 meses na reserva, por sinal sem permissão, durante alguns dias no PI Andirá e tudo isso conforme eles declararam. Eles guardam o exemplar do jornal por pouco não causou um atrito entre Brasil e França, devendo virem a qualquer momento, o embaixador francês no Brasil e diretores da empresa ainda estes seus devidos lugares.



Os índios no Marau ouvindo os pronunciamentos dos líderes

Tuxauas pediram até prisão



Michiles (chapéu) já se aposentou. Evaristo ao seu lado agora é o tuchaua

... mais importantes da tribo de Oliveira. Eis

... quando com a presença das aldeias falaram com o cheque, onde o que aquilo era, o valor. Então agora, o índio não deve ao índio. É um problema - nova coisa preocupada, como a tribo está pensan-

... não ficamos pensando sobre isso, que não leva para o bem, para a paz, o serviço, a união. Só pensa em desunião. Então quando vamos marchar para a frente, a bem do povo, a bem das aldeias. Digo com sinceridade, quando li, que tinha morrido 4 índios de envenenamento, de bomba, estrago da reserva, clareiras, queimadas, extinção de mato, destruição de pés de guaraná, de café, assim como outros produtos, fiquei então pensando, não. O índio nunca mentiu. O índio sempre diz a verdade. Não é por visar dinheiro ou coisa boa, que vamos ser mal com o povo, vamos ser ruim com a tribo; não. Eu penso muito sobre isso, a morte de 4 índios, um inválido. Sou contra isso, sinceramente.

... não pode ser. É impossível. Vamos lutar pelo bem do povo, não ser ruim. Eu já disse e digo que sou pelo meu povo. Onde estiver ou onde esteja vou ficar pelo meu povo. Fiquei muito sentido ao ler o jornal, que a tribo toda deu apoio a ele (Dico), quando o nosso delegado (Kazuto Kawamoto) devia ser preso. Irmãos, isso é ponto que a gente fica pensando como eu que enfendo um pouco e isso o meu povo não sabe. Eu não estava sabendo o que estava acontecendo. Quando cheguei no posto o tuxaua me mostrou o jornal. É uma trama que estão fazendo escondida da tribo. A tribo não sabe; os caciques verdadeiros não sabem; então fiquei muito sentido, como pode ser isso. Um líder, um cacique não

Funai

Índio rebateu as acusações da FUNAI



Índio exibe bananas de dinamite.

Com duas bananas de dinamite nas mãos, o capitão geral dos Sateré-Mawé, Raimundo Pereira da Silva (Dico), que foi acusado pela FUNAI de tentar provocar uma desarmonia entre as relações do órgão e a nação indígena, pediu ontem que fosse divulgado a sindicância realizada na área, para opinião pública sobre o crime ecológico e humano praticado pela companhia francesa de prospecção de petróleo, Elf-Aquitaine.

Irritado, Raimundo Pereira da Silva garantiu que a sua tribo não está dividida, como — segundo ele — "deseja o delegado da FUNAI". Ao comparecer ontem a redação deste jornal, Dico reafirmou que existe realmente interesses escusos por parte do delegado Kasuto, de esconder a realidade dos fatos. Assegurou, ao mostrar duas bananas de dinamite que trouxe embrulhada numa folha de jornal, que esse explosivo foi responsável pela morte de quatro índios (intoxicados) e um inválido (explosão).

Raimundo Pereira da Silva, que chegou da reserva dos Sateré-Mawé após ter participado de uma assembléia no rio Maraú, trouxe, com intuito de mostrar à imprensa e des-

moralizar a FUNAI, várias fotografias preto e branco da área, onde a companhia Elf-Aquitaine executou trabalhos de prospecções. Mostra como ficou a área devastada, e na clareira terra vermelha-torrado, sob as vistas do tuxaua Donato, no solo encontram-se algumas das dezenas de bananas de dinamite que estavam enterradas.

Magoado, porque a imprensa publicou que ele era o "ovelha negra" da tribo, Dico disse que tudo isso é invenção da FUNAI, que anda tentando dividir o grupo, para tirar proveito da situação. "Todo mundo tem que saber que a FUNAI é uma peste no meio da gente, quando não facilita a morte, facilita as brigas. O delegado é capaz de fazer tudo para maltratar aqueles chefes indígenas que lutam pelo seu povo livre", desabafou Raimundo Pereira da Silva.

"Tudo começou porque denunciemos a façanha da FUNAI junto a Elf-Aquitaine — salientou o capitão-geral dos Sateré-Mawé. Depois explicou que é verdade que alguns Sateré, que trabalham para a FUNAI, são pagos para lhe agredir, com vistas a dividir a tribo dos Sateré-Mawé.

AC - 25 JAN 84

AC - 18 FEV 84

ica

OPINIÃO DE JURUNA

Eleição direta é como vitamina para o povo

ARTHUR



Juruna ao lado de Ruth Escobar

Ao desembarcar ontem à tarde, no aeroporto internacional "Eduardo Gomes", para participar a noite de hoje do comício pro-diretas, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) definiu a eleição direta como "a vitamina do povo".

"É preciso eleição para derrubar esta ditadura que está acabando com os índios, com as terras dos índios, entregando mineração às empresas multinacionais", declarou o parlamentar ao responsabilizar o governo federal pela morte de quatro índios Satere-Mawe em consequência de intoxicação pela presença de cargas de dinamites deixadas em seu território pela companhia francesa Elf Aquitaine, que fazia prospecção sobre petróleo.

Juruna disse que o governo federal é o culpado pela invasão de terras indígenas e pela colocação de estrangeiros nestas áreas, acrescentando que na situação atual até o povo está sem defesa, daí a importância das eleições diretas movimento em que se engaja e que o está levando a percorrer diversas capitais do país, ao lado de outros líderes oposicionistas.

"Antes de vocês o Brasil pertence ao índio", advertiu Mário Juruna ao pedir respeito pelas terras indígenas, que não hesitou em considerar as constantes invasões "culpa do Delfim, do Mario Andreazza, do Presidente da República e todo Ministério, esse paneirinho que está matando os índios e vocês também".

Ele reafirmou o pedido de mudança na presidência da FUNAI, explicando que "Andreazza está botando filhotes dele" à frente do órgão e que neste caso o presidente é a mesma coisa do Ministro do Interior. Ele acha que já é hora do índio assumir a direção de seus problemas, numa referência a presidência da FUNAI, "porque índio é que entende de problema de índio".

Juruna também comentou os votos dados ao seu nome por ocasião de uma eleição simulada para a Presidência da República, realizada quinta-feira, ao lado da Lobrás. "Quero que branco vença primeiro a eleição — disse, admitindo que em outra oportunidade possa vir a ser presidenciável porque "talvez assim o Brasil vai ser diferente".

Antes, na sua opinião é necessário que o índio compreenda qual é o partido do povo:

— Índio não pode aceitar partido que não representa nada.

O deputado Mario Juruna confirmou, ainda no aeroporto, sua intenção de encontrar-se com o governador Gilberto Mestrinho, a quem pretende pedir providências a nível do Amazonas em defesa das terras indígenas.

A chegada de Juruna foi precedida de um incidente somente superado com a intervenção do deputado federal Arthur Virgílio Neto, do PMDB: o infraero proibiu a entrada do capitão geral dos Satere-Mawe, Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, que estava de sandálias, o que provocou protestos de seus acompanhantes, para quem não é justo exigir que um representante indígena venha a sala vip com sapato de cromo alemão.

Hoje pela manhã Mário Juruna vai participar de reunião no CIM quando pretende fazer um amplo exame sobre os problemas indígenas da região, colhendo subsídios para futuros pronunciamentos na Câmara Federal.

Comunidades indígenas denunciam perseguições para o cacique Juruna



Juruna na reunião de ontem no Cenesc

Numa reunião realizada, ontem, pela manhã, no Conselho Indigenista Missionário-CIMI, o deputado federal cacique Mário Juruna (PDT-Rio de Janeiro), manteve demorado encontro com os representantes das comunidades indígenas amazonenses, dos quais ouviu reclamos de toda ordem, principalmente contra o delegado regional da Fundação Nacional do Índio-Funai, Kazuto Kawamoto; acusado de perseguir os índios; Utilizar bombas nos territórios indígenas que matou quatro deles; além da invasão de suas terras.

Dentre os participantes dessa reunião estavam Lariano Vieira, da Tribo-dos Tucanos; Alexandre Firmino, dos Ticuna, aldeia de Tabatinga; Raimundo Ferreira da Silva, capitão geral da Tribo Sateré-Mawé, localizadas nos municípios de Barreirinha e Maués e

Estados é a mesma coisa. "O branco tira a terra do índio, massacra-o e deixa-o morrer de fome, na miséria, muito embora suas terras sejam férteis. --

Posteriormente, ele acusou duramente o ministro Mário Andreazza, do Interior, e o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima culpando-os pelo estado de penúria, de sobressalto e total desaparecimento dos seus irmãos indígenas.

— Andreazza, quando era chefe dos Transportes, foi o responsável pela morte de vinte índios, e até hoje não mandou apurar esses desaparecimentos. Agora ele quer ser presidente por via indireta, porque sabe que, pelo voto do povo nunca poderia assumir o poder - frisou.

DENÚNCIAS

O cacique Mário Juruna

administradores agem de maneira incorreta e corrupta. -Eu denunciei a utilização de dinamite no nosso território e nenhuma providência foi tomada. Digo a vossa excelência que precisamos de uma maior representatividade no Congresso Nacional, Assembléia Legislativa e Câmaras de Vereadores, no sentido dos nossos reclamos serem levados ao conhecimento público", frisou.

AUTORIDADES

Após falar de sua luta na Câmara dos Deputados; o cacique Mário Juruna afirmou que tem sido incansável na defesa desses problemas. Em nossa capital, segundo ele, desde ontem vem mantendo contatos com as autoridades objetivando garantir uma melhor assistência ao índio.

Sahentou que conversou

Segundo notícias da imprensa norte-americana, Quantin se não substituiu porque não mostrou apoio suficiente a política de Lira. A dura de governo Reagan em relação a Nicarágua.

ção do acordo de 17 de maio porque abrem caminho a Arábia Saudita e era assim que ele vinha sendo descrito até o desmentido de agora. A Sria há havia dito que o plano de Gemavel e não dos sauditas. As opiniões apresentadas por Amin Gemavel são um truque declarado", disse forças nacionalistas árabes.

ção do acordo de 17 de maio porque abrem caminho a Arábia Saudita e era assim que ele vinha sendo descrito até o desmentido de agora. A Sria há havia dito que o plano de Gemavel e não dos sauditas. As opiniões apresentadas por Amin Gemavel são um truque declarado", disse forças nacionalistas árabes.

2 - Domingo, 19 de fevereiro de 1984

Juruna fala com saterês sobre bomba em reserva

Estiveram reunidos ontem pela manhã na sede do CENESC, para tratar de questões referentes à problemática indígena, o Deputado Federal do PDT, Mário Juruna, membros do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — e líderes indígenas.

Antes o Deputado Federal, Mário Juruna foi à Polícia Federal tratar da questão das bombas de dinamite, encontradas recentemente na área dos Sateré-Mawé. — Estive conversando com o Superintendente da Polícia Federal para saber quem está autorizando bombas na terra de índio”, disse Mário Juruna. A bomba de fabricação nacional “foi jogada pela “ELF — Aquitaine”, perfuradora de petróleo francesa, através dos chamados contratos de riscos” para exploração mineral, nas áreas dos “Sateré-Mawé” e “Mundurucu”. Explicou Juruna. Calcula-se que foram jogadas cerca de 70 bombas de dinamite, das quais, muitas ainda se encontram enterradas, porque não dispararam no tempo previsto”. informou outro líder indígena.

Conforme revelações de Ademir Ramos, membro do CIMI, as bombas de dinamite já trouxeram acidentes que resultaram na morte de quatro índios e de pessoas feridas. Capitão Caron e tenente Nascimento, peritos que estão estudando a produção do material para apresentar um laudo à comissão do CIMI, disseram que, provavelmente, sejam compostas de nitro-glicerina, ou outro material, que ateste a finalidade da operação.

Produzida em São Paulo, pela fábrica “Piquet”, de J. Armando, cujo C.G.C corresponde a 54327028-001, sob a inscrição de número 2, as bombas da “Elf — Aquitaine” são mais recen-

publicar sua autoria”. Raimundo Ferreira da Silva (Dico), por sua vez, denunciou o “mau tratamento que o delegado regional da FUNAI, Kasuto Kawamoto vem dispensando às lideranças e seus presentes”. Na sua opinião, Kasuto, “deveria estar numa fábrica de fazer televisão, não num órgão que tem a finalidade de proteger o índio. Ele está usando a Polícia Federal e Militar, porque não tem o mínimo de indigenismo” esclareceu “Dico”.

Dico explicou que a lei 6.001 do Estatuto do Índio, diz que “o delegado deve pedir a opinião do índio sobre os planos de trabalho a serem desenvolvidos, e disse até que o órgão seria bom, se fosse dirigidos pelos próprios índios”.

Mostrando-se favorável às eleições diretas, “Dico” afirmou que “os índios querem participar das eleições diretas, porque também são eleitores e precisam de mais deputados, vereadores e políticos, para que a voz do índio seja mais alta no Planalto”.

Diante dos depoimentos sobre a situação de miséria em que vivem os nídios da Amazônia, Mário Juruna, disse que tem gritado às autoridades brasileiras para olharem o problema do índio: “Tenho falado pra não invadir, retirar terra de vocês. O índio não tá sonhando.

Índio quer terra e garantia de sobrevivência. Todo índio brasileiro é comprometido da nossa terra. Foi tomada a riqueza do índio e agora o branco brasileiro também não tem terra.

É do estrangeiro. Quase não tem brasileiro que ocupe a terra de vocês. Tem fazenda francesa, alemã, americana. Parece ser sede do estrangeiro e não é.” Falando sobre a repressão

AN - 19 FEV 84

Virel

ração.
Produzida em São Paulo, pela fábrica "Piquet", de J. Armando, cujo C.G.C corresponde a 54327028-001, sob a inscrição de número 2, às bombas da "Elf — Aquitaine" são mais recentes, conforme dados do relatório da FUNAI-RADAM, publicado em 76 constatou-se pela agrônoma Rita Closs e antropóloga Ana Maria Paixão, que a Petrobrás já vem lançando há muito, bombas nas áreas Indígenas.

A reunião com o Deputado Federal, Mário Juruna, ex-cacique Xavante, transcorreu num clima de muita ansiedade. Diversos líderes Indígenas se pronunciaram em favor de suas tribos, pedindo que a questão fosse encaminhada aos órgãos governamentais, de maneira que seus problemas fossem solucionados. Manoel Fernandes Moura, Tukano, na ocasião leu uma carta a todos os presentes, endereçada à Presidência da FUNAI, onde evidencia o caso da publicação de 150 fábulas, "com trechos dos grandes contos, de sua nação indígena, usado pela FUNAI regional, que se quer ve a coragem de

É do estrangeiro. Quase não tem brasileiro que ocupe a terra de vocês. Tem fazenda francesa, alemã, americana. Parece ser sede do estrangeiro e não é." Falando sobre a repressão das nações indígenas, Mário Juruna disse que "não tem autoridade que assuma e defenda os direitos do índio." Não garante a vida. Não garante a terra. Não garante a Educação. A FUNAI não presta para Índio, nem o Ministério do Interior".

Expressando sua opinião sobre as eleições diretas, Mário Juruna disse que não se lançou a candidato, porque a eleição já está feita: "Eu quero primeiro que o povo civil ganhe eleição direta. Em 89, quando o povo brasileiro quiser, aí eu sou candidato. Dizendo que ainda não tem candidato, "só depois da Convenção, Juruna teceu comentários sobre a política que vem sendo feita ao Índio".

A FUNAI para o Deputado Federal não tem validade, "porque está entregando tudo a fazendeiros, a empresários, que são os responsáveis pela tragédia nas terras indígenas

Bombas achadas ^{AN} por saterés vão ^{21FEV84} a exame na PM

O caso das dinamites encontradas nas terras dos índios Saterê-Mawê, em Maués, Amazonas, onde foram realizadas prospecções de petróleo pela firma francesa "Elf Equitaine", poderá ter um encaminhamento mais coerente. Depois de muitos "leva-e-trás", as duas dinamites deverão ser encaminhadas pelo Comando Militar da Amazônia à Polícia Militar para que se faça o laudo pericial, segundo declarações feitas ontem pelo professor Ademir Ramos, do CIMI/Norte I.

No sábado, o Deputado Federal Mário Juruna, acompanhado de seu assessor e de Ademir Ramos, visitou a casa do General Anápio, Comandante da 12ª Região Militar, levando consigo as dinamites.

O General Anápio mandou chamar dois peritos em dinamites para que examinassem os explosivos. Um deles, o Capitão Caron, teria dito na ocasião, que estes eram extremamente perigosos e os levou para fazer um exame. Depois de alguns minutos, retornou devolvendo os explosivos e alegando que para fazer a perícia era necessário que o Cimi ou Deputado Juruna a solicitassem por escrito, conforme comentários feitos por Ademir Ramos que está acompanhando o caso, como representante do Conselho Indigenista Missionário.

Ontem, à tarde, os professores Ademir Ramos e Paulo Montes, mais o assessor do Deputado Mário Juruna, e o Capitão Geral dos Saterê, Raimundo Ferreira da Silva (Dico), estiveram no CMA para tentar falar com o General Anápio, quando foram recebidos pelo tenente-coronel Feliciano que lhes trouxe um recado do General, alegando que o assunto não era de competência da 12ª Região, mas da Polícia Federal. De

acordo com Ademir, em outra ocasião, a PF já havia dito que não tinha perito para analisar os explosivos. De qualquer forma, ainda ontem mesmo o grupo que foi ao CMA conversava que as dinamites seriam encaminhados pelo próprio Comando Militar da Amazônia à Polícia Federal.

Enquanto isso, o chefe do Posto Indígena dos Saterê, Raimundo Dias, com mais dois índios, encontrou há alguns dias, mais duas dinamites na reserva e as levou à sede da Funai. O CIMI, respaldado pelo depoimento do Capitão Geral Dico, denunciou que quatro índios morreram e um está inválido por causa desses explosivos.

As tentativas feitas pelo CIMI e pelos representantes do povo Saterê para que algum órgão examine o teor de toxina dos explosivos e forneça um laudo pericial têm sido até agora inúteis. Mas, o grupo acredita que agora o caso seja encaminhado e "possa enfim ser provado que tanto a Elf Equitaine e a Funai estão dando depoimentos falsos".

POSICIONAMENTO DO GOVERNO

Quando visitou o Governador Gilberto Mestrinho, na sexta-feira, o Deputado Mário Juruna pediu que o Governo do Estado se posicionasse quanto ao caso das dinamites. Na ocasião, Juruna solicitou também que fosse criada uma secretaria especial para cuidar dos assuntos relacionados aos povos indígenas, o Governador lhe respondeu que a criação de uma secretaria nesse sentido seria discriminar o índio, que todos são brasileiros e a integração é boa. Ao final da conversa, o Governador comprometeu-se em doar uma cadeira-de-rodas para um índio Tukano, enfermo, a partir do dia 15 de março.

ESCLARECIMENTOS DA ELF AQUITAINE À OPINIÃO PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

1 - Tão logo a Elf Aquitaine tomou conhecimento das denúncias de que explosivos utilizados em seus trabalhos de prospecção de petróleo na Amazônia, nas regiões de Parintins e Borba, no período de 1981 a janeiro de 1983, teriam sido encontrados, sem uso, por índios moradores nas regiões onde as pesquisas foram desenvolvidas, no quadro de prestação de serviços assinado com a Petrobrás, seu Diretor Geral no Brasil, Didier Georges Aubin, decidiu-se por uma viagem às aldeias dos Saterê Mawê (Andirá-Marau) e dos Munduruku (Coatá-Laranjal), para verificar, "in loco", a procedência destas denúncias.

2 - Nesta viagem, onde foi acompanhado de um representante da Funai, de um antropólogo e de um representante da empresa sub-contratada — Companhia Brasileira de Geofísica — responsável pela execução das pesquisas sísmicas realizadas naquele período, reuniu-se com grupos de habitantes das diversas aldeias, liderados pelo Capitão-Geral Roberto Ferreira Trindade e pelo tuchaua Antonio Ferreira Michiles, juntamente com Antonio Batista, Leônidas Batista e Vitor Batista, do Andirá; pelo Capitão-Geral Aristides Michiles, do Marau; pelo Capitão-Geral do Coatá, Manoel Cardoso; e por Jorge Xapeco, do Laranjal; e deles ouviu depoimentos expressivos sobre o bom relacionamento entre suas tribos e as equipes de trabalho, que confirmaram o respeito à fauna, à flora e à vida cotidiana de sua gente, durante o período de presença daquelas empresas na região.

Ficou satisfeito com o que ouviu, pois este vem sendo o procedimento padrão da Elf Aquitaine em todos os lugares onde desenvolveu suas pesquisas. Na mesma oportunidade, a única preocupação referia-se ao fato de que teriam sido encontrados explosivos não detonados, que teriam sido desenterrados por membros de suas comunidades. E mesmo após a confirmação dos principais responsáveis por essas reservas indígenas de que não ocorreram acidentes por explosão, as suas dúvidas foram imediatamente levadas em consideração.

3 - Numa medida acautelatória, a Elf Aquitaine determinou à CBG — empresa de sólida reputação, que presta serviços às companhias petrolíferas em escala mundial, inclusive à Petrobrás — uma completa investigação para apurar se, de fato, foram respeitadas as normas técnicas de segurança, internacionalmente exigidas pela Elf Aquitaine e, por outro lado, se confirmada a eventual existência de explosivos enterrados que poderiam ser causa de riscos, que fossem tomadas imediatas providências.

4 - Esta apuração, iniciada a 15 de fevereiro último, deverá prosseguir até meados de abril, já que deverão ser refeitos muitos dos caminhos percorridos pelas equipes das duas empresas em suas operações de pesquisas sísmicas e de prospecção.

Técnicos da CBG, acompanhados de um representante da Funai e de índios-guia, fazem parte desta expedição de buscas e averiguações.

AC - 25 MA 84

ica

BOMBAS QUE MATAM ÍNDIOS**Empresa promove
invasão ilegal na área**

Ao afirmar que, conforme estabelece o artigo 198 da Constituição Federal, as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis, cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas utilidades nelas existentes, o deputado João Pedro, do PMDB, manifestou ontem, repúdio a empresa francesa Elf Aquitaine Serviços Petrolíferos Ltda., por ter invadido o território indígena Saterê Mawé, para efetuar levantamento sismográfico, sem a devida autorização legal, através de decreto do Presidente da República.

Segundo o parlamentar, a Lei 6001/73 de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre terras de índios, no seu artigo 18, diz que as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou

de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade ou pela silvícola. Mas adiante — esclarece João Pedro — em seu artigo 20, "somente em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, determinando a providência por decreto do Presidente da República. A lei define, no seu parágrafo 1º. letra "f" — para exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento".

O parlamentar peemedebista lembrou que nesta invasão ilegal, a Companhia Brasileira de Geofísica montou equipamento a dois quilômetros da aldeia de Ponta Alegre, às margens do rio Andirá, no município de Barreirinha. Abriu três

picadas, e clareiras de três em três quilômetros, cada uma com 3.000m² de área, para uso de helicóptero. Ele salientou que ela explodiu cargas de dinamite, de um quilômetro a cada metro, causando pânico nas aldeias Saterê-Mawé e afugentando a caça existente na região. Denunciou ainda que essa empresa introduziu bebidas alcoólicas e filmes pornográficos, apresentando filmes eróticos aos índios, provocando trauma cultural irreparáveis.

João Pedro revelou que a 12 de setembro de 1982 essa empresa voltou novamente a invadir o território Saterê-Mawé, tendo a frente dois cidadãos de nacionalidade francesa Rcremy Doret e Rayaond Boyer, abrindo mais 144 km em picadas, e 86 clareiras para uso de helicópteros, levando a derrubada de 22 guaranazais, planta de grande valor comercial.

AC - 30 MAR 84

Tunn!

CASO SATERÉ-MAWÉ

Índios mostram outra bomba deixada pela Elf

Ontem de manhã, sete índios Sateré-Mawé foram até a sede da 1ª. Delegacia Regional da FUNAI (Manaus), para apresentar mais uma bomba de nitroglicerina — utilizadas para registros sismográficos —, das muitas que a companhia estatal francesa Elf-Aquitaine deixou na área da tribo Sateré, nos rios Andirá e Maraú, que atingiram ainda os Mundurucus, dos rios Marimari e Canumã. A bomba apresentada será enviada à Polícia Federal, para exame, da mesma maneira como foi feito com as bombas anteriores apresentadas.

Na sala do delegado Kazuto Kawamoto, um clima de tensão permanente. Entre as discussões sobre se as bombas foram colocadas pela Elf ou não — a FUNAI ainda tem dúvidas —, o advogado do órgão, Roberto Alexandre, e um jornalista, na defesa do delegado. Kazuto informou ainda que, em virtude de uma viagem "indispensável, surgida de última hora", não comparecerá hoje à sessão ordinária da Assembléia Legislativa, onde os Saterés irão relatar o problema.

OLHO POR OLHO

— O problema será resolvido na lei do olho-por-olho e dente-por-dente, já que só agora os índios começam a enxergar a mutreta, após 400 e tantos anos de colonização, não só pelos estrangeiros como pelos próprios brasileiros — afirmou o capitão-geral dos Saterés-Mawés, Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico", quando mostrou a bomba às pessoas presentes.

Kazuto virou-se, então, para os jornalistas, e perguntou se o Dico tinha "boa aceitação" entre os outros indígenas. Apenas um respondeu negativamente, respaldado em recente visita que fez à reserva dos Saterés, acompanhado do delegado regional, e onde conversou apenas com dois "líderes" que, inclusive, não são reconhecidos pelas próprias assembléias indígenas.

Durante a discussão, o delegado regional da FUNAI repetiu várias vezes, que nunca havia chamado Dico de "mentiroso". Repetição que os índios negaram veementemente: "Já sim!" Depois de várias promessas por parte do delegado, os ânimos um pouco

mais amainados, o Sateré Agripino de Oliveira, disse que não havia documentos escritos sobre tudo o que foi dito e prometido aos índios:

— Mas índio, quando branco, fala, segura aqui, disse, apontando para a própria cabeça.

LADRÕES NACIONAIS

Segundo o delegado Kazuto, o advogado Roberto Alexandre e o engenheiro civil Heitor Sá, foi comprovado que as bombas são "de fabricação nacional." Por causa disso, vocês podem passar por mentirosos", disseram olhando para os índios, "podem ser suspeitos de as terem roubado." Nesse momento, Roberto Alexandre alegou a falta de provas sobre as acusações feitas pelos índios, inclusive a falta de comprovação "fotográfica" do fato.

Dico, então, retirou uma foto do bolso e apresentou-a ao advogado, a qual não convenceu o presidente da Comissão de Sindicância da FUNAI, argumentando este que seriam necessárias fotos "em que aparecessem os índios cavando a terra no momento em que fossem encontradas as bombas." O advogado fez uma proposta de financiamento de outras fotos que os índios tivessem para revelar.

— Quando encontraram esse tipo de material (bombas) — falou primeiro ele —, devem esconder e entregar a nós, que podemos, com mais clareza e elementos, trabalhar em sua defesa.

Alguns minutos depois, em entrevista à imprensa, sua afirmação foi outra: "As bombas da área já foram comprovadas, isto prova que a empresa francesa não agiu com cautela. Com relação às quatro mortes que teriam sido ocasionadas por elas, assim como a invalidez de outra pessoa, não se pode culpar a empresa, mas a própria inabilidade dos índios, que, segundo testemunhas, viram como eles as utilizarem (manualmente) em pescarias e até como inseticida contra formiga."

OBRIGADOS

O delegado regional aproveitou a oportunidade para "agradecer" às pessoas presentes e à comunidade, já que está de partida para Brasília, onde ocupará um cargo de assessoria junto ao presidente nacional da FUNAI, Otávio Ferreira Lima. Sua saída dá

1ª. DR se deve, segundo ele, a "razões pessoais".

Ao Dico, Kazuto disse que oferecia conselhos "como quem os daria a um filho." A imprensa, agradeceu a colaboração que recebeu durante o período em que esteve na delegacia da FUNAI, "época que, apesar de árdua, foi gratificante." Destacou, então, que "sem a colaboração de alguns jornalistas e da maior parte da população, minha missão não teria superado os problemas."

— As bombas foram um fato lamentável, deixadas em locais de fácil acesso a pessoas sem conhecimento de sua manipulação — finalizou Kazuto sobre o caso, no que foi rebatido pelo engenheiro civil Heitor Sá, sulista — segundo o delegado, encontrava-se ontem de manhã, na FUNAI "por coincidência" — que disse que cheirou as bombas e "vi que não matam", e somente um laudo de laboratório poderia atestar isto.

— O ideal seria a exumação dos cadáveres dos índios para comprovar se as mortes realmente foram causadas pelas bombas — propôs o engenheiro.

O JORNALISTA

A interferência de um jornalista nos debates ocorridos entre os Saterés-Mawés e o delegado Kazuto, sempre em defesa do segundo, foi explicada pelo capitão-geral dos índios dessa maneira:

"Alguns têm prejudicado a luta indígena, como este jornalista, que serviu como testemunha do delegado Kazuto Kawamoto, quando, na verdade, cumprindo o seu papel de profissional, ele deveria ter escutado todos os lados para relatar os fatos. Além de haver negado os que os índios diziam, o jornalista, junto com o delegado, tentou desmentir os índios, o que eu considero uma injustiça. Não sei o que acontece por trás das bombas, para que o jornalista tenha defendido tanto os interesses da FUNAI."

O advogado Roberto Alexandre, após os agradecimentos, ressaltando a falta de equipamentos técnicos e humanos para a demarcação das terras indígenas, colocou sua defesa a favor da "integração", já que, segundo ele, "a maioria da população amazônica tem ascendentes indígenas."

Tunni

AC-31/84

19

CASO ELF-AQUITAINE

Deputados solidários com protesto Sateré

Representantes dos índios Sateré-Mawé e Munduruku foram ontem à Assembléia Legislativa, denunciar os danos causados pela companhia estatal francesa Elf-Aquitaine em suas terras. A palavra foi cedida aos índios às 11:20 hs., depois da interferência do deputado estadual João Pedro (PMDB), pedindo abertura de sessão especial para os índios.

Enquanto alguns poucos deputados escutavam atentos, a maioria conversava em voz alta ou até mesmo cochilava. Mesmo assim, a voz do capitão-geral dos Sateré, Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico", vibrava forte: "Gostaria que a voz dos Sateré chegasse até o plenário. Não posso me calar diante da injustiça séria que estamos denunciando ao povo. A minha tristeza é a negação da FUNAI e do próprio delegado (Kazuto Kawamoto).

O órgão, por sinal, não mandou nenhum representante à Assembléia, nem o seu advogado Roberto Alexandre, mesmo sabendo que os líderes indígenas iriam até lá. Ao final da sessão especial aberta aos índios, ficou aprovado o envio imediato de telexogramas ao Presidente da República, e aos Ministérios das Minas e Energia e do Interior "pedindo providências imediatas pelo crime", segundo a deputada Socorro Dutra (PDS), e de acordo com proposta do deputado João Pedro, uma moção de repúdio à Elf-Aquitaine, que deverá ser enviada ao Governo François Mitterrand e ao próprio Parlamento francês. O caso também será estudado pela Comissão de Estudos

Amazônicos da Assembléia, pedido feito pelo deputado José Belo, do PDS.

**SIM AO PROGRESSO,
NÃO À DESTRUIÇÃO**

— Os índios vêm denunciar a existência, de forma constatada, de bombas instaladas em sua reserva indígena, colocadas pelas Elf-Aquitaine, que por lá andou em busca de petróleo.

Assim se pronunciou o deputado João Pedro, na abertura da sessão especial, ressaltando que a Elf "não encontrou petróleo, mas promoveu uma verdadeira devassa na cultura desses povos". Bombas continuam enterradas, segundo ele, e "todos nós, do PMDB ou do PDS, devemos nos colocar ao lado dos povos indígenas, exigindo a retirada imediata das últimas bombas".

A palavra foi passada ao capitão-geral dos Sateré, um dos doze representantes indígenas que compareceram à Assembléia. Além de denunciar as bombas, que já mataram quatro índios e deixaram outro inválido, ele falou sobre "os crimes ecológicos" impetrados pela Elf contra a reserva Cafezais, guaranazais, plantas medicinais, tudo foi destruído. Mas, contou Dico, o pior foi o que aconteceu com a castanha:

— Não colhemos nada, porque tudo foi queimado. Hoje, quando a castanha começa a dar por toda a Amazônia, nós não temos o direito de comer nenhuma fava dela, do alimento que sempre foi a base da nossa sobrevivência.

Esse foi o único momento em

que o plenário ficou totalmente em silêncio, algumas pessoas inclusive, ficaram comovidas. E Dico terminou seu pronunciamento, frisando que "nós não queremos atrapalhar o progresso do país, porque sabemos da situação de... Mas ele não concordou com a forma com que foi feito o acordo entre a companhia francesa e a Petrobrás — chamado pelo líder Munduruku, que falou depois dele, de "contrato de risco de vida" —, "que nunca foi aprovado pela comunidade indígena".

— Nós somos brasileiros. Não somos contra a descoberta de petróleo dentro de nossa reserva. Queremos, apenas, que ele seja tirado dentro do respeito à nossa cultura.

TELEX

Os telex enviados ontem à tarde ao Presidente da República e aos Ministérios do Interior e de Minas e Energia, redigido por uma comissão de três deputados, pede "adoção de medidas reparadoras".

"Diante denúncias, feitas diretamente à Assembléia Legislativa, legítimos representantes das tribos indígenas Mundurukus e Sateré-Mawé, sobre prejuízos materiais e até mortes de índios, decorrência explosivos semi-enterrados deixados pela empresa francesa Elf-Aquitaine que explorava petróleo nas reservas indígenas, mediante os chamados Contrato de Risco, solicitamos, intermédio FUNAI, adoção de medidas reparadoras, em nome princípios de humanidade e justiça".

Índios querem agora delegacia da FUNAI

Os índios amazônicos querem escolher o próximo delegado regional da FUNAI. Após o lançamento da candidatura do líder tukano Alvaro Sampaio, vice-presidente da União Nacional das Nações Indígenas, várias lideranças se pronunciaram a favor de "eleições para delegado".

— A FUNAI só vai melhorar depois que o próprio índio assumir — Raimundo Ferreira da Silva, capitão-geral dos Sateré-Mawé.

— Que o delegado seja índio — sateré Geraldo, que perdeu a mulher e um sobrinho mortos pelas bombas deixadas pela Elf-Aquitaine na reserva.

— Ao invés de gastar com funcionários brancos, o Governo deveria dar apoio aos próprios índios — Manoel Cardoso, tuchaua-geral dos munduruku.

BOM EXEMPLO

Enfim, as doze lideranças indígenas entrevistadas ontem, todas se colocaram pró-índio na FUNAI. Alvaro Sampaio, momentos antes de viajar para o Peru, onde está participando do 1º Encontro dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica, declarou que "o índio tem que ser forte às tentações do mundo submisso. Deve ser convicto de sua identidade e não deixar que os enfeites externos e internos dos brancos o levam: do cumentos, serviço militar, título eleitoral, diplomas de curso médio e superior, e a moda pela moda".

— O que resolve e harmoniza o índio — segundo Alvaro —, é quando ele mesmo se defende, de modo multi-étnico e cultural, quando busca a união e a organização social, para se fortalecer como grupo humano. Quando os índios produzem seus próprios alimentos. Enfim, quando ele tem auto-suficiência e liberdade.

"Infelizmente", explicou o líder tukano, isso não acontece na 1ª Delegacia Regional da FUNAI, em Manaus. Toda vez que havia algum problema entre as organizações indígenas, o delegado Kazuto Kawamoto dizia a Alvaro: "Ah! É briga interna, é um dos tutelados, os índios". Mas deixava "correr o problema".

— Então, o novo delegado deve ser coerente e sensível às comunidades indígenas e, acima de tudo, deve ser um homem de moral para resolver os problemas de terra, pois só assim os índios poderão buscar novos caminhos — descreveu o candidato indígena à FUNAI, afirmando que "chegou a hora de mudar ou de batalhar novos rumos para a vida do índio". Afinal, disse ele, "se os brancos não resolveram os nossos problemas é porque não entendem e nem sentem os nossos sofrimentos".

Como o capitão-geral dos sateré, que diz que "quem entende de índio é índio", Alvaro acha que "a 1ª DR tem que dar bom exemplo, com índio na delegacia".

— Hoje, fala-se do processo democrático do Presidente Figueiredo. O vavante lurina fala no Congresso

Nacional, e as tribos indígenas promovem suas assembléias. Mas, no caso do Amazonas, temos mais índios no interior. Os da capital estão simplesmente destrribalizados.

NOTA DE APOIO

As denúncias dos índios sateré mawé e Mundurukus, levadas anteontem à FUNAI e ontem à Assembléia Legislativa, receberam o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) — Regional Norte 1, que lançou uma nota à respeito:

"CIMI vêm a público esclarecer alguns aspectos da presença da companhia francesa Elf-Aquitaine nas reservas indígenas dos povos sateré-mawé e munduruku: 1. A companhia francesa Elf-Aquitaine permaneceu nos territórios indígenas sem que sua equipe fosse submetida aos exames sanitários exigidos por lei, contribuindo assim para a transmissão de doenças infecto-contagiosas como tuberculose, sífilis, blenorragia..."

E 2. Irresponsavelmente a Elf-Aquitaine, burlando os normas de segurança para o manuseio de explosivos, abandonou nos territórios indígenas grande número de bombas de nitroglicerina, passando a negar a existência das mesmas, apoiada pela FUNAI, que ao invés de proteger os índios, assumiu a versão dos exploriadores dos bens indígenas; 3. Em decorrência do contato com as bombas, que são altamente explosivas e tóxicas, morreram índios..."

No item 4, "os representantes da FUNAI, Kazuto Kawamoto, Roberto Alexandre, Heitor Sã, duvidam que os índios tenham encontrado as bombas apresentadas em seu próprio território, considerando-os mentirosos e ladrões da própria prova, como se o acesso a tais bombas pudesse estar nas prateleiras dos mercados. Aliás, o ônus da prova, não fosse a suspeitabilidade dos referidos senhores, caberia à FUNAI, permanecendo os índios sob a condição tutelar..."

E, finalmente, 5. Os senhores Kazuto Kawamoto e Roberto Alexandre ao oferecerem conselhos aos índios como quem os daria a um filho, recomendam que se "encontrarem esse tipo de material (bombas), devem esconder e entregar a nós." O CIMI alerta que recomendação como esta levará a outras mortes, e apela ao bom-senso das autoridades constituídas e ao povo, para que procurem sensibilizar os setores governamentais pertinentes, no imediato afastamento do caso e na responsabilização criminal desses senhores, que além de virem sistematicamente confundindo a opinião pública, tomam uma atitude antiíndio, posicionando-se ao lado da companhia francesa, assumindo o lugar de co-autores das mortes e prejuízos reclamados pela voz do índio."

Fuente

19

Tuxaua Sataré diz que "Dico" mentiu na denúncia

O tuxaua Sataré-Mawé, da aldeia Mirituba (rio Andirá), acusou ontem o capitão-geral Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, de estar usando de mentira e de ser manipulado pelo Conselho Indigenista Missionário CIMI, para culpar a empresa multinacional Elf-Equitaine da morte de quatro índios por explosão de bombas.

Aristides disse que "os índios não morreram em consequência

das bombas, por que somente pode afirmar isso: o enfermeiro e o médico", ao mesmo tempo em que pediu que os jornalistas visitassem a reserva para constatarem a realidade dos fatos. Ele declarou que os deputados João Pedro e Mário Juruna, que também encamparam a luta em defesa dos índios, estão mal-informados.

As bombas que foram deixadas pela Elf-Equitaine, segundo ele,

estão nas "picadas" e não causaram problemas aos índios. Reafirmou, por outro lado que os Sataré-Mawé já foram indenizados pela abertura de clareiras em sua reserva, "e não queremos outra indenização". José Michiles disse ainda que "Dico" não representa os índios, atribuindo a função de capitão-geral a Roberto Ferreira Trindade.

Michiles, além de vir esclarecer os fatos;

vir esclarecer os fatos que envolvem seu povo e a multinacional francesa, veio a Manaus também para tratar de assuntos ligados à nomeação de um novo chefe de posto para o PI - do Andirá, há três meses sem administrador. Declarou o Tuxaua que "a nossa tribo não quer mais briga" e pediu que as autoridades competentes tomassem as devidas providências em relação ao problema.

JC - 08 A B A 84

Aristides Michiles

Funai e Polícia Federal vão retirar os invasores

JC
12 ABR 84

— O delegado regional da Funai, Kazuto Kawamoto, estará seguindo hoje em companhia de agentes da Polícia Federal, para o alto Rio Negro. A missão é para retirar os invasores das áreas indígenas, ou mais precisamente, os garimpeiros, que retornaram.

Kazuto explicou que recebeu novas denúncias de que os garimpeiros voltaram a invadir o rio Içana, no rio Negro, área pertencente aos indígenas. Para promover a retirada, mais uma vez, ele contará com o apoio da Polícia Federal, cujos agentes estarão seguindo hoje em sua companhia. Desde que foi anunciada a descoberta de ouro, no rio Negro, é constante a invasão das áreas de índios residentes na região.

para a retirada de todas as bombas. Os técnicos são mais indicados para fazerem isso, pois foram eles que as colocaram. E somente aceitarei que deixem a área quando a empresa fornecer um documento comprovando que todas as bombas foram retiradas", acrescentou Kazuto Kawamoto.

Já a respeito das mortes dos 4 índios

Saterê-Mawê, comprovadas pela comissão de sindicância, provocadas pelos efeitos dos produtos químicos das bombas, o delegado regional adiantou que "o relatório está incompleto, devido a falta do laudo de toxicidade que será fornecido pela Polícia Federal. Tão logo receba encaminharei ao presidente da Funai, para que acione a Petrobrás, pois foi com ela

que o contrato de prospecção foi assinado".

Kazuto Kawamoto acredita que o presidente deverá acionar o departamento jurídico da Funai, e se as mortes ficarem mesmo comprovadas que foram devido os efeitos dos produtos químicos das bombas, será solicitada a indenização a Braselfa através da Petrobrás.

DEMARCAÇÃO

A respeito das denúncias feitas pelo Tikuna Pedro Inácio da Silva, de que a Funai, abandonou os trabalhos de demarcação da reserva, ele explicou, que os estudos feitos pela equipe da Funai, ainda não foram concluídos e que, essa equipe no mês passado retornou da área.

Adiantou que a equipe de topógrafos está encontrando dificuldades, pois existem na região além dos (7) postos indígenas, outras pequenas aldeias com populações dispersas.

Ainda sobre o assunto, adiantou que pediu ao presidente da Funai Otávio Ferreira Lima, que autorize a conclusão dos levantamentos da reserva Tikuna e que não sofra solução de continuidade, para que as terras sejam demarcadas o mais breve possível.

SATERÊ—MAWÊ

Quanto ao relatório da comissão de sindicância que apurou as mortes de 4 índios Saterê-Mawê, o titular da 1a. dr, informou inicialmente que a equipe técnica da Braselfa, já se encontra na área do André. A finalidade é de retirar as bombas que não foram detonadas por ocasião dos trabalhos de prospecção sísmica nas reservas André e Marau.

"A Braselfa retornou

BRASELFA EMPREENDE BUSCA A EXPLOSIVOS EM RESERVAS INDÍGENAS

Desde 1976, a BRASELFA - Elf Aquitaine do Brasil cumpre diversos contratos de prestação de serviços na área de prospecção de petróleo assinados com a PETROBRAS, todos inseridos no contexto da política adotada pelo Brasil de acelerar o aproveitamento dos recursos de seu subsolo.

Três desses contratos - o ACS-91, o ACS-92 e o ACS-27 - localizam a Amazônia como sua área de efetivação. Meses após suas assinaturas, quando do final da realização de seus levantamentos preliminares, dois dos contratos revelaram-se abrangendo parcialmente terras indígenas: a reserva Coatá-Laranjal, na zona do Rio Canumã, e a reserva Andirá Marau, na área do Rio Andirá.

Na medida em que a entrada em reservas indígenas só pode ocorrer com autorização da FUNAI, conforme legislação específica existente, a BRASELFA passou a operar com base em Convênio então assinado, naquele sentido, entre a PETROBRAS e a FUNAI. A partir daí, autorizações foram solicitadas e obtidas a cada nova entrada das equipes de pesquisa, sempre acompanhadas de um representante da FUNAI.

Nessas áreas, foram realizados trabalhos de levantamentos sísmicos e, inclusive, em junho de 1983, o furo de um poço exploratório na zona do Rio Canumã, sem incidentes com a população indígena.

Os trabalhos de levantamentos sísmicos foram confiados pela BRASELFA à COMPANHIA BRASILEIRA DE GEOFÍSICA (CBG). Foram aplicadas técnicas de rotina, que consistem na utilização da explosão subterrânea de cartuchos de dinamite, que provocam ondas no subsolo, registradas por equipamentos de superfície extremamente sensíveis. Estes trabalhos, conforme determina uma das cláusulas do Convênio PETROBRAS-FUNAI, incluíram a participação de mão-de-obra indígena.

As atividades técnicas naquelas reservas cessaram a 11 de janeiro de 1983 e, conforme as instruções da FUNAI, também resultantes dos termos do Convênio assinado entre ela e a PETROBRAS, as comunidades indígenas foram indenizadas pela BRASELFA pelos danos causados à vegetação durante os trabalhos referidos.

No final daquele mesmo ano, chegaram à BRASELFA informações indicando a existência de cartuchos de explosivos não detonados nas áreas das reservas.

Embora essas versões parecessem inverossímeis, uma visita da Direção da BRASELFA permitiu constatar, "in-loco", as preocupações dos indígenas. Em consequência, a BRASELFA decidiu realizar uma operação de buscas e averiguações nas terras dos Saterê Mawê e Munduruku, o que foi publicamente comunicado em 21 de março de 1984.

Composta por funcionários da COMPANHIA BRASILEIRA DE GEOFÍSICA (CBG), por um representante da FUNAI e por índios da região, a operação concluiu seus trabalhos preliminares em final de abril, tendo confirmado a existência de cartuchos de explosivos não detonados - alguns enterrados e não utilizados, outros desenterrados e em posse dos indígenas.

Os cartuchos utilizados pela CBG não explodem por acidente na medida em que só detonam por métodos específicos e os detonadores, em particular, só funcionam apenas à base de eletricidade. Mas, para evitar que possam ser manuseados, a BRASELFA decidiu empreender urgentemente nova expedição à região para uma minuciosa busca.

Desde 11 de maio e com uma presença inicialmente prevista para quatro semanas, estão nas reservas uma equipe de técnicos especialistas da CBG e um alto funcionário da BRASELFA, acompanhados de um representante da FUNAI, dotados de fartos e importantes equipamentos.

A BRASELFA, na qualidade de contratante de prestação de serviços da PETROBRAS, diante desta situação absolutamente imprevisível que também está lhe acarretando um indubitável prejuízo, espera, com esta iniciativa, pôr fim às legítimas preocupações manifestadas pelos interessados, bem como encontrar com eles soluções adequadas para o problema, além de suas causas (Desvios ilícitos de cartuchos de explosivos? Funcionamento precário de alguns detonadores?).

19
AN
21
MAI
84

PSS.565/p.13/77

Funai

AN=04 JUN 84

QUESTÃO EXPLOSIVA

Sateré-Mawé brigam na justiça contra estatal

Em agosto de 1981 e setembro de 1982 a Elf-Aquitaine, companhia estadual francesa de petróleo, invadiu o território dos índios sateré-mawé, um dos poucos territórios demarcados pela Funai, no sudeste do Amazonas.

Foram abertas várias picadas e clareiras através de queimada, trator e motosserras e detonadas cargas de dinamite, para se realizar pesquisa sísmográfica para posterior prospecção de petróleo. Os prejuízos causados pela primeira invasão foram avaliados na época, por um funcionário da Funai — Célio Horst — em Cr\$ 50 milhões. A Elf pagou aos Sateré apenas Cr\$ 5 milhões. Os prejuízos causados pela segunda invasão foram avaliados pelos sateré em Cr\$ 80 milhões, e Elf pagou-lhes Cr\$ 8,6 milhões.

Ao se retirarem da área Sateré-Mawé a Braselva (subsidiária da Elf-Aquitaine) e a CBG (Companhia Brasileira de Geofísica) deixaram enterradas na mata inúmeras cargas de dinamite, que não haviam sido detonadas. O manuseio de algumas destas cargas veio a causar a morte, por intoxicação, de quatro índios: Maria Faustina Batista, Calvino Batista, Dacinho Michiles e Lauro Freitas, todos com menos de 30 anos.

Em março de 1983 os Sateré-Mawé entraram na Justiça Federal com uma ação de interdito proibitório contra a Elf-Aquitaine e a Petrobrás, tendo constituído como seus advogados Daimo Dallari, Marco Antonio Barbosa e Edson de Oliveira.

Através do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), os Sateré convidaram a antropóloga francesa Simone Dreyfus, para que esta avaliasse melhor os danos causados pelas invasões e elaborasse um relatório informando a Elf-Aquitaine na França, e esclarecendo a opinião pública francesa e o próprio governo socialista de Mitterrand.

A visita de Simone Dreyfus à área teve enorme repercussão para os Sateré-

Mawé, que por duas vezes foram expulsos da embaixada da França em Brasília, quando tencionavam entregar ao embaixador uma carta denunciando os prejuízos causados pelas invasões da Elf. Foi também grande a repercussão das declarações da antropóloga na opinião pública de Manaus, publicadas em vários jornais após seu retorno da área Sateré. Sua estada na área durou 9 dias: de 17 a 25 de outubro de 1983.

Simone Dreyfus encontrou enormes dificuldades para conseguir financiamento para sua viagem. Esta só foi possível através da passagem aérea fornecida pela Fondation de la Maison des Sciences de L'Homme, o que lhe permitiu total independência e isenção para realizar o levantamento dos prejuízos causados pela Elf. O jornal "Folha da Tarde" de 5/10/83 afirma que esta viagem foi financiada pela suposta entidade norte-americana "Sourvage", o que é discutível, uma vez que poderia confundir a opinião pública. Além disso, com relação a esta matéria deve se esclarecer que nesta viagem Simone Dreyfus foi acompanhada por Sônia da Silva Lorenz e Marco Antonio Barbosa, que tiveram sua viagem financiada pelo CTI, sediado em São Paulo. Os três entraram na área Sateré a convite e acompanhados pelo tuxauá geral Donato Lopes da Paz e Raimundo Ferreira da Silva.

Mais grave ainda foi a repercussão que esta visita de Simone Dreyfus causou na França, obrigando a Petrobrás, a Funai e a Elf a publicarem matérias pagas em jornais brasileiros desmentindo as declarações feitas pelos Sateré-Mawé e por Simone Dreyfus, estratégia já utilizada anteriormente para confundir a opinião pública quando desmentiram a primeira invasão da Elf-Aquitaine, em matéria publicada em 23/9/81, deste Jornal.

Nestas matérias: 1) Nega-se que a empresa tenha deixado na área cargas de dinamite que não explodiram, e que posteriormente causaram a morte, por

intoxicação, dos quatro índios citados (jornal "O Globo" de 8/12/83). 2) Afirma-se que "o explosivo usado em prospecção sísmográfica oferece segurança total ao manuseio, pois não é tóxico..." (A CRÍTICA de 6/12/83).

O jornal A CRÍTICA publicou, então, no mês seguinte, uma reportagem completa, "Petrobrás Nega Mas Índios Confirmam Danos e Mortes", desmentindo as matérias baseadas em provas, mas outras matérias voltaram a ser publicadas. Estas só ficaram desmoralizadas quando o deputado Mário Juruna, acompanhado pelo sateré-mawé Raimundo Ferrelle da Silva, entregou pessoalmente as cargas de dinamite encontradas na área ao Comando Militar da Amazônia e à Polícia Federal, e posteriormente os Sateré entregaram cargas de dinamite ao então delegado da Funai, em Manaus, Kazuto Kawamoto.

A ampla divulgação desses fatos pela imprensa fez com que a Comissão de Sindicância da Funai, presidida pelo advogado Roberto Alexandre, aberta em dezembro de 1983 para apurar as quatro mortes, e que até então não tinha chegado a nenhum resultado, apressasse sua conclusão publicada no "Jornal do Comércio" em 4/4/84: "...A firma encarregada das explosões deixou explosivos sem serem desativados..., e não tinha controle severo sobre os mesmos, nem tampouco na execução de seus trabalhos. As mortes, todas elas foram em decorrência do contato direto com os explosivos achados na mata... o que vem caracterizar ainda mais a irresponsabilidade com os trabalhos efetuados... há ainda explosivos na área que precisam urgentemente serem desativados".

A Elf-Aquitaine considera que as duas indenizações pagas aos Sateré-Mawé, que somam a importância de Cr\$ 13,6 milhões, cobrem os prejuízos materiais causados, orçados pelos Sateré-Mawé e por Simone Dreyfus em Cr\$ 320 milhões.

FUNAI

LC=19 Jun 84

JURUNA PRESENTE

Sateré-Mawé se reúnem para decidir

O presidente da FUNAI, Jurandyr Macedo, e o deputado-cacique, Mário Juruna, participam hoje, a partir das 14 horas, no auditório da Suframa, da reunião entre os líderes da nação Sateré-Mawé, a direção da multinacional Elf Equitaine e a Petrobrás. Os índios estão exigindo da empresa uma indenização superior à primeira que eles receberam pelos estragos ecológicos feitos em suas reservas.

Durante a reunião, as lideranças sateré denunciarão também à FUNAI e à Petrobrás, a morte dos quatro índios que foram envenenados após ingerir substâncias tóxicas provenientes de bombas subterrâneas deixadas na região indígena pela empresa de perfuração de petróleo. As bombas foram usadas de forma indiscriminada durante as pesquisas de petróleo.

FRENTE A FRENTE

A partir das 14 horas de hoje líderes da Sateré-Mawé, tendo à frente os tuxauas Michiles, Tunico, Geraldo e o capitão Dico contarão frente ao presidente da FUNAI, Jurandyr Macedo, o delegado regional Aldo Costa, de Juruna e do superintendente da Petrobrás para a Amazônia Ocidental, Alfredo Gonçalves, os prejuízos ecológicos que a multinacional francesa causou em suas terras.

Na primeira incursão da Elf à reserva Sateré-Mawé, os índios reivindicaram a indenização de Cr\$ 13,8 milhões no que foram

atendidos. Mas os estragos continuaram. No trabalho de pesquisa petrolífera feito nas terras sateré, a empresa usou bombas subterrâneas que libertaram substâncias tóxicas, matando quatro índios.

Logo no início de junho, os dirigentes da Elf se reuniram em Brasília com dirigentes da FUNAI para discutir a questão levantada

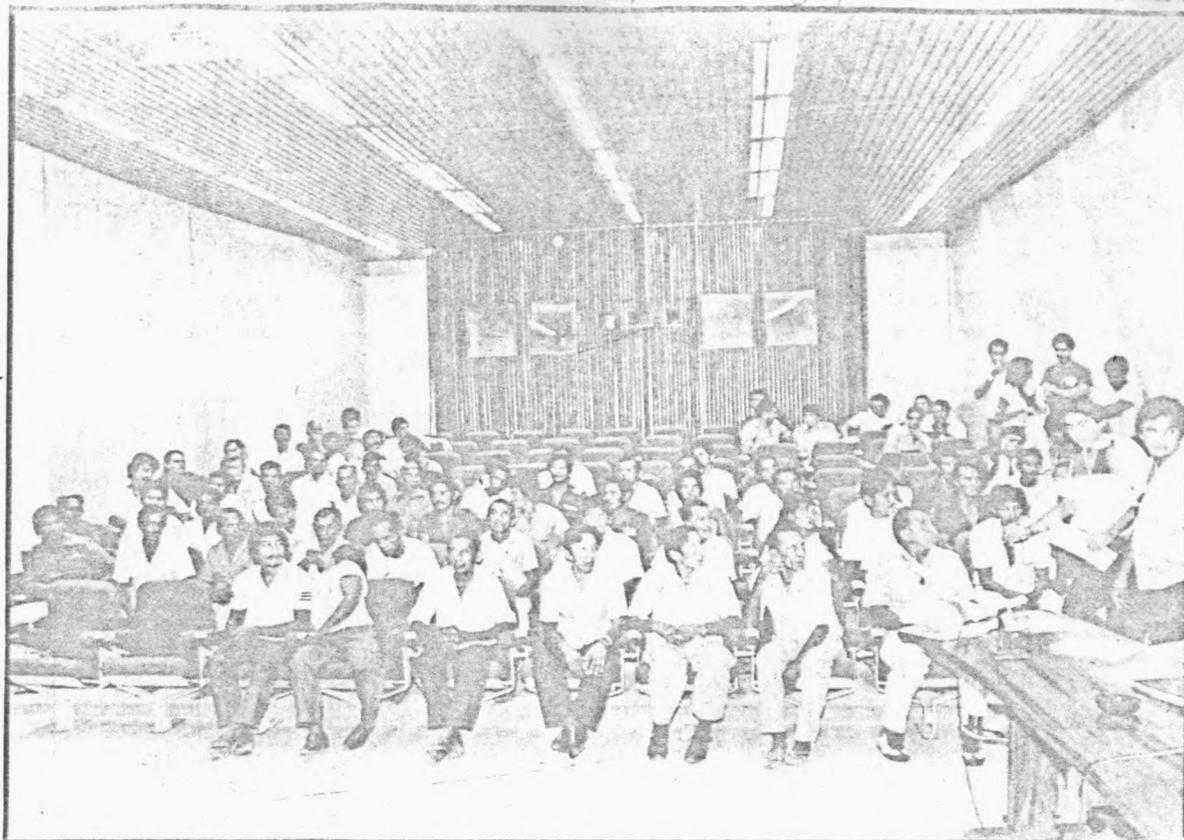
pelos índios e pela própria imprensa. Mas, a FUNAI não aceitou discutir o caso sem antes ouvir quais são as verdadeiras reivindicações dos sateré.

Representando a empresa francesa participará da reunião o diretor Didiée George Aubin. Os índios Sateré-Mawé estão reduzidos atualmente a 6 mil.



Jurandyr Macedo e Mário Juruna voltam ao auditório da Suframa, desta vez para ouvir os Sateré-Mawé.

Reunião
18/6/84



Os índios reunidos ontem no auditório da Suframa rejeitaram a proposta da Elf

19 Índios rejeitam proposta da Elf e encerram reunião

"Infelizmente não posso correr o risco de perder o emprego na Elf Equitaine", foram as últimas palavras pronunciadas pelo representante da empresa francesa no Brasil, Didier Aubin, quando após negociações realizadas com seus assessores não aceitou o pedido de indenização feito pelos índios Sateré Mawé e Munduruku que determinaram a quantia de Cr\$ 320 milhões. As negociações duraram mais de quatro horas e a empresa, que foi responsabilizada pela morte de quatro indígenas, ainda chegou a sugerir de início a quantia de Cr\$ 50 milhões, aumentando depois para Cr\$ 93 o que não chegou a convencer os representantes das duas nações, o presidente da Funai e o advogado Dalmo Dallari, entre antropólogos e indigenistas que defendem a causa dos índios.

Em julho de 81, com a finalidade de proceder registros sismográficos e prospecção de petróleo, a empresa entrou na área dos Munduruku, nas reservas de Coatá e Laranjal. Em janeiro de 82 realizou a primeira entrada entre os Sateré Mawé, até aí através de um acordo formal com a Petrobrás e Funai, dentro do "contrato de risco".

Além das mortes, a empresa foi acusada de irreparáveis

danos nas regiões indígenas, devido, segundo dados técnicos, a acumulação de 340 toneladas de nitroglicerina contidas nos explosivos, dos quais grande parte ainda continuam sem ser detonados.

Após o surgimento das denúncias inclusive na imprensa internacional, a empresa realizou a primeira indenização aos Sateré Mawé que, segundo levantamentos dos prejuízos realizados pelo antropólogo Célio Horst, a estimativa no mínimo seria de 50 milhões de cruzeiros, da qual o então presidente da Funai, Coronel Paulo Leal, fez a entrega de apenas Cr\$ 50 milhões. Aos Mundurukus, que também sofreram prejuízos, foram pagos 20 milhões e 94 mil cruzeiros. Uma outra de 8 milhões e 600 mil foi efetivada aos Sateré Mawé. As duas nações mediante o levantamento de novos danos, passaram a exigir 320 milhões como ponto final da questão, o que foi contestado pelo superintendente da Petrobrás, Alfredo Gonçalves, e pelo representante da empresa francesa.

Culpas

O deputado federal Mário Juruna culpou a Funai e a Petrobrás pelos acontecimentos ocorridos nas duas nações indígenas. Segundo

ele, o governo federal permitiu a invasão impunemente. Alfredo Cunha, superintendente da Petrobrás, diz que o acordo celebrado com a Funai não se caracteriza como "invasão" às terras indígenas, visto a empresa realizar pesquisas em todo país e, no caso, houve solicitação prévia do órgão tutor dos índios, o que livra a empresa de tais responsabilidades.

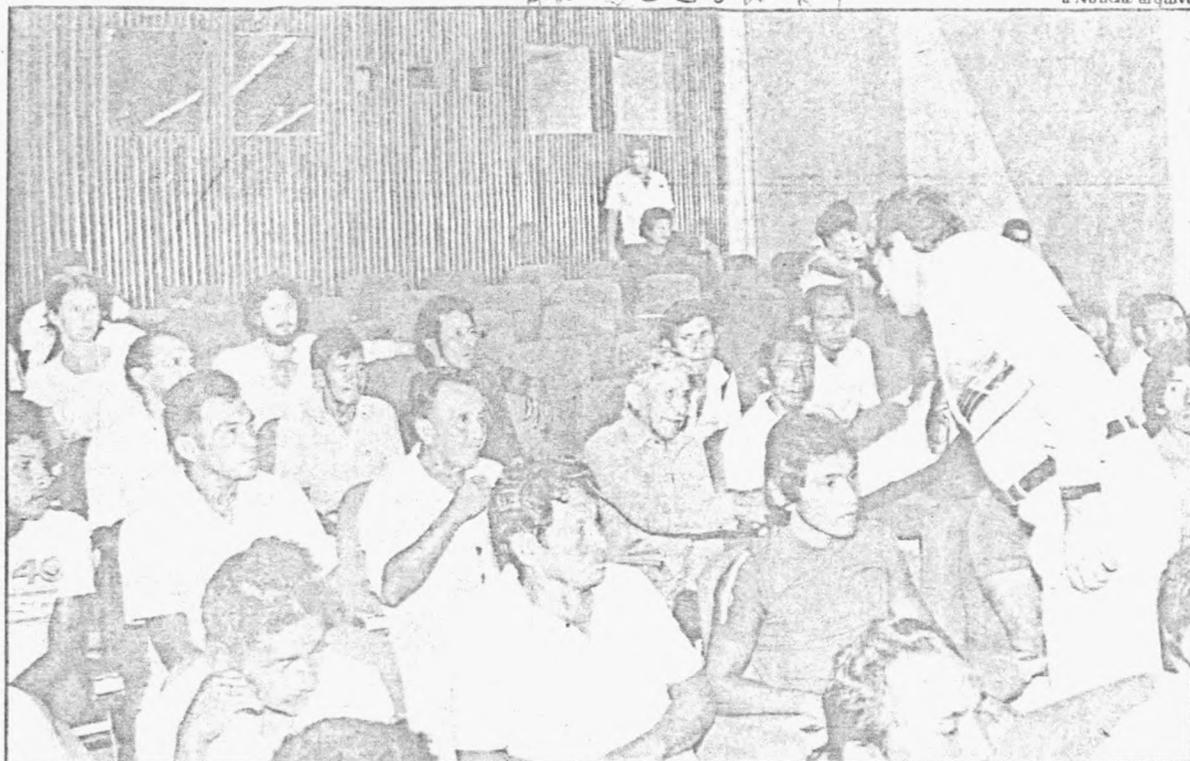
Por sua vez, a empresa francesa, através de seu representante Didier Aubin, que afirmou dar "bons conselhos" para as próximas empresas que vierem atuar no país, mesmo dizendo que todos os trabalhos foram realizados dentro das regras impostas, afirmou: "Não temos qualquer sentimento de culpa, tudo foi feito de acordo com os compromissos das autoridades oficiais do país. Mas para mim o termo invasão como o termo bomba não correspondem ao sentido exato. Bomba para mim é alguma coisa jogada do céu, do avião e que vai explodir no meio da população. Foram utilizados cartuchos de dinamites enterrados na superfície".

O representante da Companhia Brasileira de Geofísica - CBG - disse que os trabalhos de varrição nas áreas prosseguem dentro de padrões criteriosos.

FUNAI

AN 20 JUN 84

a Notícia/arquivo



As comunidades indígenas foram cumprimentadas anteontem pelo presidente da Funai

Funai pode processar a ELF Equitaine daqui a dez dias

Aproximadamente 65 índios da nação Sateré-Mawé e 16 Munduruku ficaram do lado de fora da reunião ocorrida ontem pela manhã na sede da Funai envolvendo o delegado regional e representantes da Elf Equitaine. Segundo Francisco Cardoso Munduruku, jovem da tribo dos Munduruku, "nessa reunião a direção da Funai teria dado um prazo de 10 dias para os agentes da Elf Equitaine resolverem o impasse com relação a liberação da indenização para as duas nações indígenas". Se a Elf Equitaine não se manifestar positivamente a Funai vai acionar um processo na Justiça contra a empresa francesa", frisou o índio Francisco Cardoso Munduruku. Segundo ele, essa informação fora citada anteontem pelo presidente do

órgão, Jurandy Fonseca e a mesma afirmação teria vazado da reunião de ontem que a Funai fizera à portas fechadas sem a participação de algum representante indígena.

Como já foi divulgado anteriormente, tanto os índios Sateré-Mawé quanto os Munduruku, tinham exigido 320 milhões de cruzeiros para cada nação indígena, acrescido das despesas de demarcação de terras a favor da nação dos Munduruku. De acordo com Francisco Cardoso que deverá assumir o posto de Capitão geral pela tribo dos Munduruku no próximo dia 25, as duas nações indígenas teriam baixado o teto da indenização de 320 para 270 milhões mais as despesas de demarcação de

terras, o que não foi aceito pela Elf Equitaine ainda no final da reunião de anteontem.

Francisco Cardoso Munduruku adiantou ainda que em conversa com os índios Munduruku; o delegado regional da Funai, Aldo Costa, "teria sugerido que os índios baixassem o teto das indenizações para 150 milhões já incluída a despesa de demarcação das terras indígenas, o que foi prontamente rebatido pelos índios", frisou o futuro Capitão Munduruku. Por outro lado, segundo um dos assessores da Funai, ontem pela manhã, teria havido apenas uma "conversa informal" entre os representantes da Elf Equitaine e a entidade tutora dos índios, e não uma reunião, como falaram os indígenas.

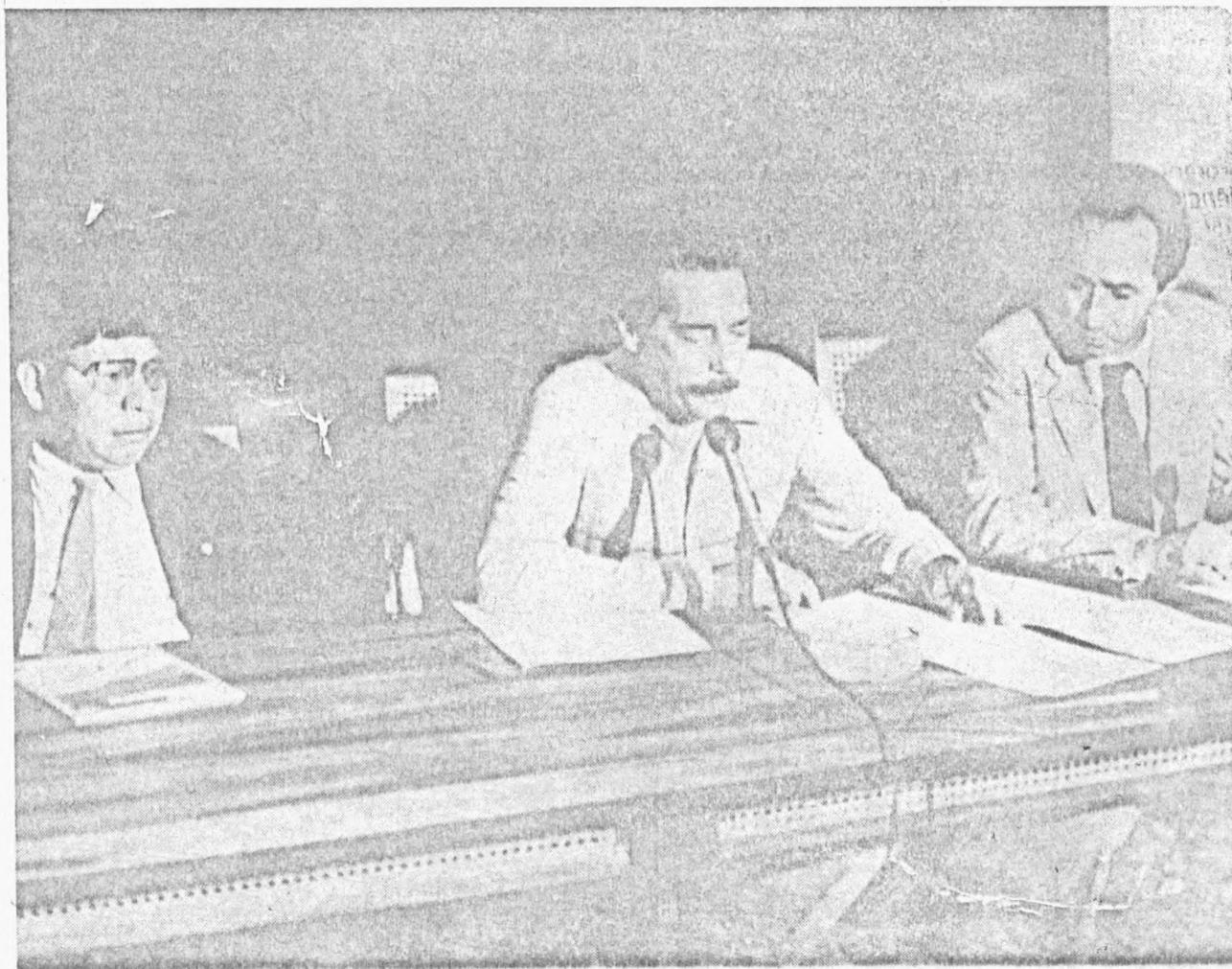
Empresa não paga indenização e índios vão recorrer à Justiça

29
A empresa francesa Elf-Aquitaine recusou-se a pagar 640 milhões de cruzeiros aos índios Sateré - Mawé e Munduruku e declarou-se inocente dos danos causados a essas comunidades responsabilizando a Petrobrás por não ter esclarecido a empresa de que iria pesquisar petróleo em área indígena. A decisão da empresa veio depois de seis horas de reunião no auditório da Suframa, convocada pela Funai, com a participação de representantes da Elf-Aquitaine, Petrobrás, do deputado Mário Juruna e das comunidades indígenas envolvidas, representadas pelo advogado Dalmo Dalari.

Depois de ouvir, a decisão do diretor da Elf-Aquitaine no Brasil, Didier Georges Aubin, o presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai, Jurandir da Fonseca, declarou que encaminhará o caso a Justiça, uma vez que as partes não chegaram a um acordo. "Só a Justiça trará justiça", proclamou o Jurandir Fonseca, adiantando, em seguida, que a Funai irá patrocinar a causa em favor dos índios e se manterá informado sobre o tramite do proces-

início às 15:00 e encerrou-se às 20:00 horas. Foram registrados dois intervalos de cinco minutos, para que as partes pudessem analisar propostas e contra-propostas, decorrer das discussões. O primeiro a falar foi o índio Raimundo Ferreira da Silva, apresentando as reivindicações dos Sateré e Munduruku; indenização por danos causados a suas reservas de 320 milhões de cruzeiros para cada comunidade, "varredura" na área onde foram encontradas dinamites abandonadas; o não retorno da Elf-Aquitaine às reservas, e demarcação imediata da reserva dos Munduruku - a última dirigida e Funai. O representante do Munduruku, Manoel Munduruku, endossou as reivindicações de Raimundo Ferreira.

Em resposta o diretor Elf-Aquitaine, declarou que indenização solicitada pelas comunidades indígenas já haviam sido liquidadas, através de uma solicitação feita pela Petrobrás. Não considerou o termo invasão por ter autorização de Petrobrás e esclareceu que a "varredura" já havia sido efetuada pela empresa CRG - Companhia



O presidente da Funai dirigindo a mesa

surgiu a primeira proposta da Elf-Aquitaine. Antes, Didier Georges Aubin, esclareceu que "as autorizações dadas pela Petrobrás pareciam

PS-565, p. 68/77

decisão do diretor da Elf-Aquitaine no Brasil, Didier Georges Aubin, o presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai, Jurandir da Fonseca, declarou que encaminhará o caso a Justiça, uma vez que as partes não chegaram a um acordo. "Só a Justiça trará justiça", proclamou o Jurandir Fonseca, adiantando, em seguida, que a Funai irá patrocinar a causa em favor dos índios e os manterá informado sobre o tramite do processo na Justiça. "Vamos recorrer a Justiça respeitando a posição das partes, que não chegaram a um acordo amigável", reforçou ele.

Os índios deverão entrar com uma ação judicial contra a Elf-Aquitaine de cobrança de indenização por danos causados às suas reservas, no Rio ou em Manaus, onde a empresa tem escritórios. O próprio Dalmo Dalari, depois de ouvir o comprometimento do presidente Jurandir Fonseca, em patrocinar a causa, colocou-se à disposição da Funai. "Nós nunca vamos tomar posição em Brasília antes de ouvirmos as comunidades indígenas nas questões a que elas interessarem", esclareceu Jurandir, agradecendo a presença dos representantes da Elf-Aquitaine, da Petrobrás e do deputado Mário Juruna.

NEGOCIAÇÕES

A reunião teve

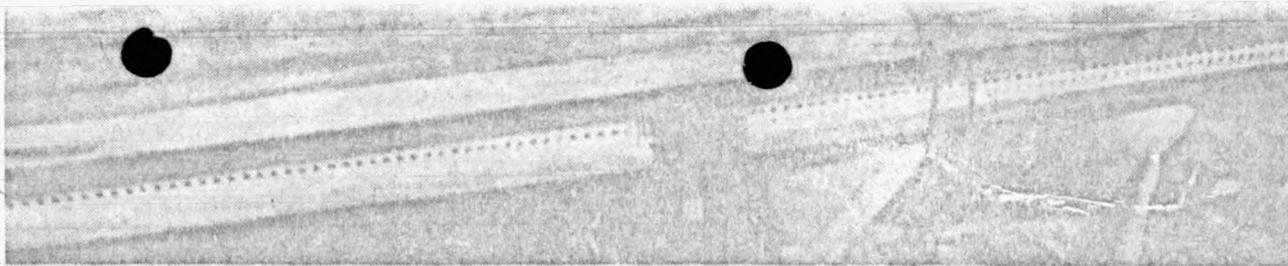
duruku, Manoel Munduruku, endossou as reivindicações de Raimundo Ferreira.

Em resposta o diretor Elf-Aquitaine, declarou que indenização solicitada pelas comunidades indígenas já haviam sido liquidadas, através de uma solicitação feita pela Petrobrás. Não considerou o termo invasão por ter autorização de Petrobrás e esclareceu que a "varredura" já havia sido efetuada pela empresa CBG - Companhia Brasileira de Geofísica, bem como estava devolvendo as áreas de pesquisas a Petrobrás e por isso não retornaria mais a reserva dos índios.

Como procurador dos índios Dalmo Dalari disse estranhar que a Elf-Aquitaine estivesse devolvendo as áreas de pesquisa a Petrobrás, quando, na realidade, deveriam ser devolvidas aos índios. Desta feita qualificou a invasão, mesmo porque a Petrobrás não pode autorizar a entrada de estranhos em reservas indígenas, do mesmo modo que a Funai não tem autorização para isso. Citando o Estatuto do Índio, Dalari fez lembrar que somente em casos especiais o Presidente poderá dar essa autorização, através de um Decreto de Lei. Mas esse decreto nunca existiu para o caso dos Sateré-Mawé,

PROPOSTAS

Depois dos esclarecimentos técnicos



O presidente da Funai dirigindo a mesa

surgiu a primeira proposta da Elf-Aquitaine. Antes, Didier Georges Aubin, esclareceu que "as autorizações dadas pela Petrobrás pareciam legais. A empresa não tinha conhecimento da complicação dessa situação. O acordo com a Funai e com a Petrobrás na visão da empresa tinha efeito legal. Por isso não temos qualquer sentimento de culpa, haja vista que as pesquisas foram feitas de acordo com as autoridades do país". Usando o termo doação em vez de indenização, Elf-Aquitaine então propôs destinar mais 50 milhões de cruzeiros para cada nação indígena, além do que já foi pago anteriormente - o equivalente a 177 milhões de cruzeiros nos dias de hoje.

Os índios recusaram a proposta e fizeram uma contra proposta razoável. Cerca de cinquenta índios que acompanhavam a reunião também reagiram com sinais dirigidos ao advogado Dalmo Dalari. Mas, o deputado Mário Juruna foi quem desabafou: "50 milhões de cruzeiros não dá nem para comprar três touros". Já o advogado Dalari tentou



Outro aspecto da movimentada reunião

convencer os diretores da Elf de que os índios estavam buscando recursos para recomprar um meio de vida que pudessem pelo menos substituir em partes o que danificado em termos de flora e fauna pelas pesquisas de prospecção de petróleo.

Somente poucas minutos antes das 20:00

horas que o diretor da Aquitaine apresentou uma segunda proposta:

aumentou a indenização para 94 milhões de cruzeiros para cada comunidade. Os índios não aceitaram novamente e anunciaram a proposta que seria razoável: 27 milhões para cada reserva. Foi então que o Di-

der Aubin anunciou sua decisão final, afirmando que "não vou correr o risco de perder o meu emprego, sendo assim nada mais posso fazer. Jurandir

da Fonseca então deu por encerrada a reunião e firmou compromisso com os índios de levar a questão a Justiça.

PSS.565/p.69/77

TC = 20 + 64 84

Funai

TC-21 JUN 84

Elf deixa definitivamente as

pesquisas no Amazonas

Através de sua assessoria, a diretoria da ELF Aquitaine, sediada no Rio, endereçada nota a direção do JORNAL DO COMÉRCIO, no dia de ontem, comunicando a decisão da empresa de deixar definitivamente os seus trabalhos de pesquisas de petróleo no Amazonas e também no Brasil.

A nota diz inicialmente que "em consequência da reunião realizada em Manaus, na última segunda-feira, a empresa encerra às suas Atividades da Amazônica, já tendo comunicado a Petrobrás, que não renovará os contratos de pesquisas nas áreas".

E prossegue: "A ELF Aquitaine não ter chegado a acordo com as comunidades indígenas, mas está absolutamente convicta de ter feito o que estava ao seu alcance fazer."

A seguir a empresa francesa agradece "a hospitalidade do povo amazonense, da imprensa em particular, e deixa o Brasil com uma experiência extremamente enriquecida para os seus futuros trabalhos na França".

No final, a ELF faz suas críticas: "deixa o Brasil desolada por alguns exageros que foram cometidos por alguns dos seus críticos".

mas que ela "tem certeza que no futuro, a verdade, se restabelecerá".

NOVA INDENIZAÇÃO

O motivo da ELF Aquitaine (atuava com a subsidiária Braselfa) ter deixado de pesquisar petróleo no Amazonas, foi devido a nova cobrança de indenização feita pelos índios Sataré-Mawé, no valor de CR\$ 320 milhões, para os postos de Andirá e Marau. Durante a reunião a ELF propôs quase CR\$ 100 milhões que foi recusada pelas comunidades indígenas representadas pelo advogado Dalmo Dalari.

O presidente da Funai, Jurandir da Fonseca, talvez pressionado pelo deputado federal Mário Juruna, disse que irá cobrar a indenização judicialmente, sem ter maior conhecimento dos fatos, pois quando esteve em Manaus, para a posse do novo delegado da Funai, Aldo Gomes, indagado pelos repórteres se tinha solução para o problema, respondeu que não, isso devido ao relatório apresentado pela comissão de sindicância do órgão.

Durante a reunião o representante da ELF Aquitaine no Brasil, Didier Georges Aubin, revelou

que a Petrobrás, com quem a ELF assinou contrato de risco para as pesquisas, não tinha esclarecido que as áreas eram indígenas.

A ELF através da Petrobrás indenizou os índios Sataré-Mawé pelos estragos feitos durante o tempo que esteve atuando, pagando-lhes CR\$ 25 milhões. Veio então a nova cobrança de CR\$ 320 milhões, proposta que foi recusada durante a reunião, resultando na saída definitiva da empresa francesa das áreas de pesquisas.

A ELF vinha realizando pesquisas desde 82, quando a Petrobrás firmou convênio com a Funai. Os levantamentos sísmicos durante esse espaço de tempo foram feitos pela Companhia Brasileira de Geofísica.

INTERESSE EM JOGO

A presença da empresa francesa no Amazonas gerou interesse, e isso não foi apurado pela Funai. No relatório da comissão de sindicância, presidida pelo advogado Roberto Alexandre Alves Barbosa, ficou comprovado na folha 3.

Ele cita alguns trechos

de declaração do índio Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico", que em outubro de 83, levou uma comitiva integrada pela antropóloga de nome Sônia, do Centro de Trabalho Indígena, Simone, antropóloga francesa e o advogado de nome Marcus, da CTI residente em São Paulo.

"Dico" declarou que as despesas foram pagas com recursos vindos de uma verba dos Estados Unidos, destinada em nome da tribo Sataré-Mawé, manipulada por ele, a qual lhe foi entregue por Sônia, no valor de CR\$ 400 mil.

Com o dinheiro foi fretado um avião com o qual sobrevoaram a região indígena, filmando e fotografando, retornando a cidade de Parintins, depois elas foram a aldeia Fortaleza não é o posto central do Andirá - com o intuito de filmar e fotografar e entrar em contato com os tuxaus Sataré-Mawé, fato esse feito sem a devida permissão da 1ª. DR da Funai e dos legítimos tuxaus da tribo, pois mais tarde, eles consideraram como uma invasão a presença dessa comitiva.

Ficou então esclarecido que Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico" recebeu o dinheiro da Souvage, dos Estados Unidos e cor-

respondência na qual o seu presidente "se prontificava a fornecer dinheiro para qualquer litígio contra a ELF Aquitaine".

Desconhece-se até hoje, se a Funai apurou esse fato envolvendo aquela entidade norte-americana com o índio Raimundo Ferreira da Silva, o "Dico" principal instigador junto a Mário Juruna para a cobrança de nova indenização de CR\$ 320 milhões da ELF Aquitaine.

O ex-delegado da Funai no Amazonas, Kazuto Kawamoto, encaminhou cópia do relatório a Superintendência da Polícia Federal, a Petrobrás a Braselfa e nenhuma providência foi tomada pela presidência da Funai para apurar esse fato ou mesmo outro qualquer autoridade.

A ELF Aquitaine ainda poderá ser processada como responsável pela morte de 4 índios Sataré-Mawé, provocadas pelos efeitos de toxicidade das dinamites que não explodiram durante os trabalhos realizados nas áreas e deixados pelas equipes nas matas. Isso consta do relatório da comissão de sindicância, que o presidente da Funai, Jurandir da Fonseca, talvez ainda não tenha feito uma completa análise.

Raimundo
18/5UN

SURVIVAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

MEMO Nº 008 / 1ªDR/84/CONF.

CONFIDENCIAL

Manaus-AM., 13 de julho de 1984.

DO: Delegado Regional da 1ªDR
AO: Ilmº.Sr. Assessor-Chefe da ASI/FUNAI
ASSUNTO: Memo nº 31/84 - ASI/FUNAI

Senhor Chefe:

Reportando-nos ao Memo nº 31/84 - ASI/FUNAI temos a res-ponder:

1. De fato temos informações da viagem dos dois indígenas 'Álvaro F. Sampaio e Raimundo Ferreira a Genebra, a fim de participa-rem do Seminário. O índio Álvaro F. Sampaio nos confirmou, em Bra-sília, que irão;
2. Nos parece que os organismos de ligação entre os promo-tores e as comunidades indígenas são o CTI e o CIMI-NORTE I.
3. Não sabemos se o índio Raimundo Ferreira levará consigo as bombas, mas o certo é que estavam em poder do CIMI.

Atenciosamente,
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
1ª Delegacia Regional
Aldo Gomes da Costa
DELEGADO
Port. 345/P. de 18-05-84

CONFIDENCIAL

ASI/FUNAI
N.º 634, 84
EM 27/07/84
MOD. 124-210x297



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO DO CHEFE DO PI. ANDIRÁ
JOSÉ VÍCTOR SANTANA, SOBRE UM
POSSÍVEL ASSASSINATO NA ALDEIA
SANTA CRUZ, DOS ÍNDIOS SATERÉS -
MAWÉS.

Senhor Delegado, em aditamento nosso Radiograma Nº 24/PI ANDIRÁ de 25/06/84, necessário se faz esclarecer, que, o tuxáua da aldeia Santa Cruz (local do possível assassinato), Timaco de Freitas, Chegou até a aldeia Ponta Alegre, acompanhado de 02 índios sateré, e os entregava ao tuxáua geral Antonio Ferreira Miquiles, e capitão geral Roberto Ferreira Trindade, como criminosos, matador de um outro índio naquela aldeia, e na mesma oportunidade pedia que providências fossem tomadas no sentido de transferir os respectivos índios para outras tribos indígenas. Acontece que tais índios negavam sumariamente a autoria do crime, e se propuseram inclusive a submeterem-se ao ritual da macumba, em qualquer terreiro de "santo". Diante de tais alegações, o tuxáua Timaco de Freitas, sem provas concretas, uma vez que, nem o corpo haviam encontrado, concordou, junto às autoridades indígenas acima referidas, retornar a sua aldeia de origem e investigar o fato com mais carinho e voltar posteriormente a aldeia Ponta Alegre. A intenção é no sentido de que não se condene uma pessoa inocente, ou, que deixasse dúvidas aos próprios familiares, colegas e amigos do condenado. Sob tutela do tuxáua geral e capitão geral, acima referidos, ficaram os 02 índios na condição de suspeitos, sem direito de retornarem à aldeia Santa Cruz, até que tudo fique devidamente esclarecido. Diante dos fatos, acredito que ainda devemos continuar na condição de observadores a nível de Funai, aguardando uma solicitação, ou qualquer pronunciamento oficial das autoridades indígenas diretamente envolvidas no assunto, para que possamos interferir na questão com mais segurança, e maior liberdade para um estudo mais bem apurado que o fato requer. De momento temos que nos contentar apenas com as informações confidenciais e amigáveis do tuxáua Miquiles, e capitão Roberto.

Manaus, 23 de julho de 1984

JOSE VÍCTOR SANTANA
Chefe do P.I. Andirá

Pasta ^T DICO ^T

Indio TOBIAS PSS.565, p.73/77 ASI



1984

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

MEMO Nº 277/1ªDR/84

Manaus-AM., 02 de agosto de 1984.

DO: Delegado Regional da 1ªDR
AO: Sr. Assessor-Chefe da ASI/FUNAI
ASSUNTO: Encaminhamento (faz)

Referimo-nos a carta assinada pelo índio da etnia Sateré/Maué, Sr. Raimundo Ferreira da Silva, vulgo 'Dico', e para conhecimento, remetemos anexo todos os dados referentes ao fato.

Atenciosamente,

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI

Sebastião Amâncio da Costa
SUBSTITUTO DO DELEG DO REGIONAL
PORTARIA 227/P, DE 22-08-84

ASI/FUNAI
N.º 659/84
EM 07/08/84

P. I. Andara 8-7-84.

Sr. Delegado professor Audo Costa
 Emcontarce No P. I. Andara 2. Criminologo
 Indio que Matarão o Indio Tubia foi
 um Crimi Barbaru, derão 4. tiro e 4.
 felxada e depois Corturão tirão o Boxo
 e meterão No Buraco du pai.

O Morto e o Indio Tubia.
 Os que matarão São Aisegimtus
 pessoa Leandor, e Daniel, Estas
 pessnas Devi Ser transferido porque
 Os parentis Estão Revoltado.

Os 2. Criminogo Estão No padre
 do Roberto, e Antanho Michili.

Estas pessonas Devi Ser Transferido
 do P. I. Andara. para Não o mentar o
 Quilma de Vingancia.

Raimundo Ferreira da Silva
 Capitão geral da Tiro.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

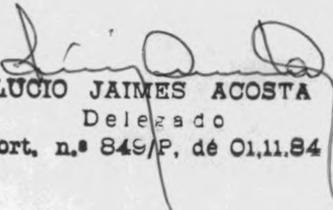
MEMO Nº 108/1ªDR/FUNAI/85

Manaus-AM., 06 de março de 1985

DO: Delegado Regional da 1ªDR
AO: Assessor-Chefe da ASI/FUNAI
ASSUNTO: Encaminhamento (faz)

Encaminhamos a V.Sª., para conhecimento,
cópia da Carta do indígena JOÃO FERREIRA DE SOUZA, do
PI ANDIRÁ, de 04 de março de 1985.

Atenciosamente,


LUCIO JAIMES ACOSTA
Delegado
Port. n.º 849/P, de 01.11.84

*Assunto do memo 099/09 DR.
igual teor.*

ASI/FUNAI
N.º 2001
EM 09/03/85

Ponta Alegre, 04 de março de 1985.

Ilmo. Senhor Delegado da 1ª DR Funai Dr.

Lúcio Jayme Acosto, saúde.

- Senhor Delegado da 1ª DR Funai, conforme o telefonema do dia 04 de março de 1985 as 10:00 horas da manhã, já em contato com a Vossa Sria. resolvi entregar o Fone da Fonia para o Senhor Lúcio Ferreira Menezes, que é funcionário da Funai a 10 anos, no qual o Senhor Lúcio Ferreira Menezes têm prestado bons Serviços no nosso P. I. Andirá. E quanto o Senhor Roberto Ferreira Trindade só está fazendo confusões no P. I. Andirá, e que esse cidadão Roberto Ferreira Trindade ainda faz parte da macêha do Senhor José Victor Santana, pecha Delegado será que o Senhor não está acreditando no que estamos lhe falando! Eu, João Ferreira de Souza, quero levar ao seu conhecimento de amigo para amigo, que nós não queremos mais nenhuma reunião no nosso P. I. Andirá, já chega de agitação que já têm. Quanto a morte do ^{meu} pai, Francelino Gregório de Souza que foi Capitão Geral da Tribo Sateré-Mawé, foi causado pelo seu Funcionário Roberto Ferreira Trindade e que esse mesmo cidadão fez uma atração contra o meu pai, e por tanto Eu/ João Ferreira de Souza como filho legítimo e não aceito Roberto Ferreira Trindade como Chefe do Pôsto Rio Andirá. Senhor Delegado, quero lavar ao seu conhecimento sôbre a morte que surgiu do nosso Capitão Geral Raimundo Ferreira da Silva (Conhecido DICO), foi levantado essa calônia por dois Funcionário seu que foi o Senhor Roberto Ferreira Trindade e Flávio, é somente esse dois funcionário que estão fazendo essa confusões tudas no P. I. Andirá. Por isso Delegado não adianta o Senhor insistir que não vai dar certo e se o Senhor não fizer o nossos pedidos ou vontade, nós viemos aqui nesta Delegacia com 10 Lideranças índios Sateré-Mawé procurar o nossos direitos, isto porque, já lhe avisamos e senhor não quer tomar providências e o Senhor Continua insistindo com o Roberto Ferreira Trindade.

Em nome de meu povo confiamos no Senhor e em primeiro lugar em Deus de entender os nossos pedidos de anomear como Chefe do P. I. Andirá o Senhor Lúcio Ferreira Menezes.

Anteciosamente agradece esse seu amigo:

João Ferreira de Souza

JOÃO FERREIRA DE SOUZA
FILHO LEGÍTIMO DO CAPITÃO FRANÇA.

*pastor Raimundo
Ferreira da Silva
(Dico)*

PI ANDARA'
PSS.565, 77/77
1982

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ref MEMO Nº 099/1aDR/FUNAI/85, de 06.03.85

Ao Delegado da 1a.DR

Solicitando informar:

1. Se houve apuração da morte do Capitão FRANCISCO GREGÓRIO DE SOUZA.
2. Providências adotadas quanto as demais denúncias do Índio JOÃO FERREIRA DE SOUZA.

Em 19.03.85

[Handwritten Signature]
Ruy Lopes da Silva
Chefe/ASI - FUNAI

[Handwritten Signature]